

PANORÂMICA HISTÓRICA E CULTURAL DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA – ATÉ 1945

Alexandre Figueiredo¹, Universidade de Coimbra, ampfigueiredo@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho incide sobre a problemática da história da construção europeia, cruzando as raízes mitológicas da questão com as históricas, até ao final da Segunda Guerra Mundial. Debruçar-nos-emos igualmente acerca dos esforços empreendidos, ao longo de séculos sucessivos, no sentido da restauração do Império Romano e, de modo muito particular, de uma centralidade administrativa. Procuraremos abordar algumas das mais significativas propostas de (re-)unificação continental, tanto no plano político, como militar, bem como o papel central em todo este processo de inúmeros pensadores.

KEYWORDS: História da Europa; projecto de unificação europeu, federação europeia

ABSTRACT:

The present work discusses the problem of the History of European construction, linking both mythological roots of this theme with the historical ones, until the end of Second World War. We will also investigate the efforts made across successive centuries in order to accomplish the restoration of the Roman Empire and, at a very particular way, the restoration of a certain administrative centrality. We will seek to study some of the most important proposals regarding the continental (re-)unification at political and military levels, and the central role in all this process of innumerable thinkers.

KEYWORDS: European history, European unification project, European federation

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra); Licenciado em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra); Mestre em Ciências da Comunicação (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa); Pós-Graduado em Tecnologias de Informação e Comunicação (Instituto Superior de Línguas e Administração); Pós-Graduado em Ciências da Comunicação (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa); Licenciado em Comunicação Social (Instituto Superior de Línguas e Administração); Membro do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão; Membro do Centro de Investigação de Media e Jornalismo; Membro do Conselho de Redacção da Revista do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão; Membro do Conselho Editorial da Revista Académica artciencia.com; Co-Editor da Revista Académica artciencia.com; Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Panorâmica Histórica e Cultural da Europa

Entre mitos, aspirações e realidades

Cultural e politicamente a Europa é hoje definida, com frequência, por metáforas celebratórias e conotativas de um sentido colectivo orgulhoso: “berço da civilização e cultura ocidentais”, “pátria dos ideias humanistas e dos Direitos Humanos”, “farol do conhecimento e da ciência”. Simultaneamente, no imaginário colectivo, a Europa surge-nos também indelével e paradoxalmente esculpida em tons de vermelho vivo, análogo ao do sangue durante séculos, sucessiva e barbaramente derramado nos seus solos, da Ibéria aos Urais, dos limites exteriores do Ártico ao Egeu, não esquecendo os territórios insulares como Chipre, Malta e as ilhas Britânicas². Na memória histórica e cultural, a Europa é, enfim, *lato senso*, simultaneamente protagonista e espectadora do melhor e do pior da natureza humana. Nesse sentido, socorrendo-nos da fórmula de Edgar Morin, podemos dizer que “na consciência da barbárie deve integrar-se a consciência de que a Europa produz, pelo Humanismo, pelo universalismo e pela ascensão progressiva de uma consciência planetária, os antídotos para a sua própria barbárie. [...] *Pensar a barbárie é contribuir para a regeneração do humanismo. Logo, é resistir-lhe*” (Morin, 2007:72-73, itálico no original)³.

Na funesta narrativa do continente, guerra, morte e destruição constituirão, não sem razoável probabilidade, os qualificativos que parecem sintetizar aquela que se constitui, ao longo do tempo, como uma aparente propensão inscrita na história da generalidade dos povos europeus, para um belicismo perene e recorrente, cujos registos distam tanto quanto é possível recuar no tempo⁴. A história europeia pode, deste ponto de vista, “arrumar-se” (com a necessária ressalva de, neste âmbito, deliberadamente ignorarmos todos os factos históricos anteriores à fundação da civilização helénica) em duas categorias distintas. Uma primeira concernente aos conflitos de índole religiosa com os povos seguidores do Corão (de que as cruzadas constituem apenas o exemplo mais emblemático), mas também com aqueles outros resultantes das próprias contradições e convulsões internas da doutrina eclesiástica. Culturalmente, na história da Europa,

² Como escreve Cunha, (2004:29): “[...] tendo em consideração características estritamente geológicas ou geomorfológicas, a Europa parece não corresponder verdadeiramente a um continente [...] e corresponde basicamente a um apêndice, como que a uma grande península, na placa ou, se preferirmos, no continente euro-asiático”. Igualmente, Pires, 1992: 18-20.

³ Além da mencionada obra do filósofo francês, a este respeito, podem ainda consultar-se, entre outras, as reflexões de Giorgio Agamben (1999), Hannah Arendt e George Steiner (2008).

⁴ Convoquemos, a este propósito, Eduardo Lourenço (2005:234): “Não é apenas como passado – a começar pelo mais recente – que a autêntica história dos Europeus é uma espécie de interminável guerra civil, quer dizer, a negação vivida da Europa como «casa comum», tal como penosamente agora a desejamos inventar”. (Aspas no original).

pontificam pois, desde logo, duas grandes cisões: uma primeira ocorrida no século XI⁵ que separou definitivamente as Igrejas Orientais de Roma, e uma segunda, no século XVI, por ocasião da Reforma Protestante. Não ignoramos igualmente as infundáveis querelas entre subdoutrinas e ordens religiosas, com o conflito entre dominicanos e franciscanos⁶ na primeira linha, ainda que uma reflexão sobre esta temática não caiba no presente trabalho.

Uma outra cisão, esta de cariz político-militar, e que poderemos sucintamente definir como um desejo, quiçá mesmo necessidade, de unificação de todo o território sob um único centro de poder hegemónico, aglutinador e, porque não dizê-lo, mitigador (não necessariamente uniformizador) da vasta miríade de sensibilidades, idiossincrasias e interesses divergentes em permanente tensão, deve identicamente ser referida.

Este peso histórico das suas glórias e misérias é uma das principais razões que faz do actual projecto político europeu uma tarefa de monumental complexidade. No entanto, muitas vezes apontado como o início de um processo em boa verdade largamente imprevisível, vago, quiçá difuso e, mesmo ainda presentemente em estado embrionário, o projecto político e cultural da União Europeia é, antes do mais, o primeiro vislumbre de união, pela via pacífica, do diálogo e da concórdia de uma complexa diáspora cultural, de um verdadeiro caldeirão multi-étnico, de um espaço tão diferente e tão igual, porque herdeiro de partilhas culturais e, sobretudo, de partilhas históricas de alianças e discórdias.

Mas a que corresponde esta história comum, este “espaço-mosaico” a que chamamos Europa?

Pérez-Bustamante e Colsa⁷, (2004:13) propõem que

“Hesíodo na sua Teogonia «O Nascimento dos Deuses», é o primeiro a utilizar a designação de «Europa», por volta do ano 900 a. C., e será Hipócrates quem a descreverá

⁵ “No ano de 1054 ocorre outra grande quebra espiritual entre Oriente e Ocidente ao separarem-se de Roma as Igrejas Orientais, criando-se a Igreja ortodoxa ou bizantina e originando, portanto, a formação de dois universos religiosos: a Igreja Romana, que chegará até à Hungria e à Polónia, e a Igreja ortodoxa que evangelizará os povos balcânicos, eslavos, moravos, búlgaros, sérvios e finalmente os russos”. Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 16. Ver igualmente AA. VV., (1995:320-321) onde se pode ler: “As tensões entre as Igrejas Ocidental e Oriental continuavam a aumentar. Em 863, o Papa Nicolau I pôs a questão à prova, contestando a eleição do novo bispo de Constantinopla e exigindo o direito de nomear outro de sua escolha. O bispo de Constantinopla juntou achas à fogueira ao denunciar, em 794, a inclusão formal, pelo Ocidente, da cláusula Filioque («e do Filho») no Credo Niceno para indicar que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. O Oriente acreditava (e acredita ainda) que o Espírito Santo procede apenas do Pai.

A discórdia entre Oriente e Ocidente atingiu o auge em 1054, quando uma bula papal de excomunhão foi colocada sobre o altar de Hagia Sofia na altura em que o bispo de Constantinopla ia iniciar as celebrações. Trocaram-se anátemas mútuos, e o cisma foi inevitável. A Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa Oriental seguiram por caminhos separados”. (aspas no original). A propósito do grande Cisma, consultar ainda Ribeiro, 2003:24.

⁶ Devem referir-se, neste particular, as imensas querelas a vários níveis – jurídico, epistemológico, económico, teológico, filosófico, etc. – que inquinavam o debate religioso, com particular relevo nas divergências entre a corrente mística, de cariz platónico e seguida por Santo Agostinho e pelos Franciscanos, e a intelectualista/Tomista, cujas raízes radicavam em Aristóteles, encontraram eco nos escritos de São Tomás de Aquino e gozavam de grande aceitação na ordem Dominicana.

⁷ Mas também neste exercício podemos seguir Ribeiro, 2003:20 e 23.

pela primeira vez numa comparação com a Ásia. Os Gregos identificaram a Europa como um espaço geográfico compreendido entre os montes Urais e o mar Atlântico, um espaço não simétrico, em latitude temperada, com um mosaico de paisagens e climas e uma pluralidade de raças das quais surgiria uma grande diversidade de línguas e culturas.”

No mesmo sentido, encontramos, algures entre o início da nossa Era e o final da anterior (entre o século I a.C. e século I d.C.), Estrabão de Amaseia (Ásia Menor), o qual apresenta, numa reflexão intitulada *A Europa: unidade e diversidade*, um retrato muito fiel daquela que é (já o era ao seu tempo e foi-o subsequentemente), em diferentes planos, a realidade do continente⁸.

Francisco Lucas Pires argumenta não ser, todavia, possível estabelecer-se com rigor a origem do termo Europa, apoiando-se para tal em Heródoto, o qual declara que “não sabe de onde vem o seu nome, nem quem lho deu” (Pires, 1992: 16). Porém, esclarece Pires, logo em seguida, que o mais certo será ter sido Hesíodo a nomear deste modo o continente. E prossegue escrevendo que, ao contrário de um continente novo, tal como, por exemplo a América que beneficiou dos institutos do “baptismo” e do “registo”, no caso da Europa, tal não foi possível. “A distância, – acrescenta – e o mistério desta designação prestam-se evidentemente às mais variadas interpretações”, independentemente de as mesmas serem de índole etimológica, mitológica, bíblica ou, inclusive, de natureza geográfica. “O resultado é que é sempre pouco esclarecedor” (Idem, *Ibidem*), conclui.

Para além do aspecto geográfico que o autor desenvolve igualmente ao longo de sucessivas páginas (Idem, *Ibidem*, 18-26), o imaginário europeu começa, no entanto, por se

⁸ Estrabão, (cerca de 64 a.C. a cerca de 24 d.C.) *In* Pereira, 2005: 496-497. Vale, aliás, a pena transcrever, na íntegra, as palavras deste geógrafo (mas também filósofo e historiador grego), no texto *A Europa: unidade e diversidade*, incluído em Geografia, II, 5-26. “Devo começar pela Europa, porquanto tem formas variadas e é dotada de uma admirável natureza pelo que toca à excelência dos homens e da administração pública, e o continente que maior contributo deu aos outros com os seus bens próprios. Pois ela é habitável na sua totalidade, excepto numa pequena parte que é deserta, devido ao frio. Essa parte confina com o país dos habitantes da Ursa, nas cercanias do Tânaís, do Lago Meótis e do Borístenes. Da parte habitável, a que é gélida e montanhosa só com muito esforço dá guarida à existência, mas, havendo bons administradores, até os lugares em que mora a indigência e a pilhagem se civilizam. Assim é que os Gregos, que detêm um país de montanhas e de rochas, vivem felizes, graças ao seu cuidado com a organização política, com a técnica e com tudo o que respeita à arte de viver. Os Romanos conquistaram muitos povos que eram por natureza selvagens, devido aos lugares que habitavam, por serem acidentados ou desprovidos de portos, ou gelados, ou, por qualquer outra razão, impróprios para albergar muita gente, e assim puseram em contacto uns com os outros quem tinha vivido isolado, e ensinaram povos mais selvagens a viver em sociedade. Mas em toda a parte da Europa que é plana e de clima temperado, a própria natureza colabora neste sentido, pois que, numa região feliz, tudo tende para a paz, ao passo que, numa agreste, tudo é inclinado à guerra e à coragem. Todavia, espécies destas recebem benefícios umas das outras: umas cuidam das armas, outras das colheitas, das técnicas, da formação do carácter. Porém, são evidentes os prejuízos mútuos, se não se entreajudarem. A força dos que detêm as armas alcançará a supremacia, se não for dominada pela maioria. No entanto, dispõe este continente de condições naturais, mesmo perante essa situação: é que todo ele está esmaltado de planuras e montanhas, de tal modo que por toda a parte o elemento agrícola e o civilizado e o bélico se encontram lado a lado. Mas, dos dois elementos, é mais numeroso o que é dado à paz, de modo que esse tudo domina; sob a égide dos povos condutores – outrora os Gregos, mais tarde os Macedónios e os Romanos. Por estes motivos, é a Europa que possui maior autonomia, quer no que respeita à paz, que à guerra. Tem, efectivamente, uma quantidade ilimitada de guerreiros, tal como de trabalhadores da terra e de administradores das cidades. É também superior pelo facto de produzir os melhores frutos, quer os necessários à vida, quer toda a espécie de metais úteis; de fora, manda vir perfumes e pedrarias de alto preço – coisas que não tornam nada pior a vida de quem escassamente as possui do que a de quem as tem com fartura. Do mesmo modo, a Europa fornece em abundância muitas espécies de gado, mas é escassa em animais selvagens. Tal é, em geral, a natureza deste continente”.

construir no mito enaltecedor da paixão. Com efeito, os relatos mitológicos acerca das primeiras manifestações convergem para uma lenda em que Europa nos aparece como uma bela jovem,

“filha de Agenor, rei de Tiro, e de Telefassa ou Argíope, embora noutras vezes passasse por filha de Fénix. Segundo a tradição, Europa brincava com as suas companheiras na orla do mar quando viu um touro branco, cujos cornos tinham a forma de um crescente lunar. O animal era o próprio Zeus, que, enamorado da rapariga, tinha tomado esta aparência para a poder raptar. Europa, surpreendida pela mansidão daquele touro, sentou-se sobre o seu lombo. Então, o animal fugiu para o mar e levou a rapariga até Creta; [...] Zeus e Europa tiveram três filhos: Minos, Radamante e Sarpédon. [...] A etimologia da palavra Europa não pôde ser explicada satisfatoriamente, como também não é certo que exista, como acreditaram os antigos, uma relação entre o nome desta personagem e o nome do continente, que de início se aplicou apenas à Grécia continental, por oposição ao Peloponeso e às ilhas e depois a uma parte do mundo por oposição à Ásia Menor e Líbia” (Martinez, Fernández-Galiano, Melero, 1997:147-148).⁹

A jovem, cuja singular formosura terá enfeitado Zeus, acolhendo-se a tese segundo a qual a cativa tomada pela astúcia do Deus dos deuses emprestou o seu nome ao Continente, fica contudo ligada a uma história de tragédia, cujo legado nos foi transmitido pelo punho de alguns dos mais ilustres cronistas e historiadores que a civilização, gerada no ventre de *a Europa*, quis legar ao século XX, para que não se renovassem os mesmos desventurados erros em que incorreram os homens dos vinte e cinco séculos precedentes.

Foram, porém, estes, aos quais os prodigiosos avanços nas ciências propiciaram uma avalanche de conhecimentos sem paralelo, a quem a História se revelou em toda a sua sinistra magnificência, que haviam de fazer uso desse mesmo progresso tecno-científico moderno para, não obstante os repetidos apelos em sentido inverso, escreverem duas das mais indignas páginas da História da Europa.

⁹ A este propósito ver ainda Pereira, 1997:27-28; Moreira, 2004:63; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:13, “A Antiguidade Clássica difundiu o nome de Europa, ligado ao mundo da mitologia através de um relato segundo o qual uma jovem e linda fenícia, filha de Agenor – rei de Tiro e da Fenícia, e descendente de Neptuno e de Teléfasa – foi raptada por Zeus, metamorfoseado num grande touro branco, e conduzida até Creta, onde se converteria em rainha e mãe dos reis da dinastia de Minos”; Martins, 2007:11; Soulier, 1997:15-16; Pires, 1992:17-18. Uma das mais completas referências a este respeito é, todavia, a contida no Dicionário da Mitologia Grega e Romana de Pierre Grimal. Aqui faz-se referência a cinco personagens distintas, qualquer delas chamada Europa, sendo que “[...] a mais célebre de todas é a filha de Agenor e de Telefaassa, que foi amada por Zeus.” No essencial todos os relatos coincidem. Grimal, s/D.:161, vai todavia um pouco mais longe, relato que pensamos ser útil acompanharmos com mais detalhe. “Zeus viu Europa brincar com as suas companheiras na praia de Sídon ou de Tiro, no reino de seu pai. Apaixonado pela sua beleza, transformou-se num touro de resplandecente brancura e cornos semelhantes a duas luas na fase de quarto crescente. Aproximou-se assim da jovem, indo deitar-se a seus pés. Primeiro Europa assustou-se, mas pouco depois, tomando coragem, acariciou o animal, sentando-se sobre o seu dorso. Logo o touro se levanta, correndo em direção ao mar. Apesar dos gritos da jovem, que se agarrava aflita às hastes do animal, ele avança por entre as vagas e vai-se afastando da margem. Chegam ambos assim a Creta, onde junto de uma fonte, em Gortina, Zeus consuma o seu amor pela jovem, à sombra dos plátanos, que, em memória desta paixão, obtiveram o privilégio de nunca perderem as folhas. Europa teve de Zeus três filhos: Minos, Sarpedón e Radamante. É também por vezes considerada a mãe de Carno (por quem Apolo se apaixonou) e mesmo de Dodoneu. Zeus ofereceu-lhe em troca três presentes: Talo, o homem de bronze, que guardava as costas de Creta, impedindo o desembarque de estranhos; entregou-lhe um cão que nunca deixava escapar presa alguma, e ainda uma lança de caça que jamais falhava o alvo. Depois, casou-a com Astérion, rei de Creta, filho de Téctamo, que não tendo filhos adoptou os de Zeus. Após a sua morte, Europa recebeu honras divinas. O touro em que o deus se metamorfoseara tornou-se uma constelação e foi colocado entre os signos do Zodíaco”.

Mas se os mitos e geografias de (des)união, são elementos essenciais na construção identitária difusa, mas nem por isso menos partilhada, é, no entanto, nas raízes comuns que se constrói a História europeia. Porque elas são fundamentais a qualquer texto que coloque em jogo um presente feito de passados, precisamos, por isso, de fazer o nosso próprio trajecto por essas raízes.

Raízes históricas clássicas e medievais

“Nos I e II séculos, Roma disseminou na metade meridional da Europa uma organização política, um género de vida e uma cultura – com fundamentos principalmente gregos – que traziam consigo um elemento de unificação. Este, contudo, nem abafou as identidades regionais nem repeliu as forças de inovação.

Integrada num império unificado, a Europa conheceu durante quatro séculos um período único na sua história, no qual as formas de civilização greco-romanas penetraram amplamente em todas as províncias sem, todavia, apagar as características próprias das componentes regionais” (Carpentier e Lebrun, 2002:95).¹⁰

Ao longo dos séculos, várias foram as tentativas de unificar ou, se preferirmos, submeter ao jugo de um poder de âmbito e dimensão continentais, a ampla teia de singularidades, não raras vezes tensionais, dispersas sobre o território europeu¹¹. Dos líderes do Império Romano (não esquecendo um dos seus mais importantes rivais, o grande general Aníbal de Cartago), a Carlos Magno, aos Habsburgos, a Napoleão e a Hitler, muitos empreenderam, optando, na maioria dos casos aludidos, pela via das armas, programas de união político-militar-económica do continente.

Os vários séculos áureos da romanização¹² trouxeram épocas de aparente paz e estabilidade, reforçadas pelo muito particular exercício de dominação romano. Na verdade, uma das marcas particulares da Roma imperial consistia justamente em raramente impor os seus valores e costumes, existindo, ao invés, uma ampla tolerância relativamente aos povos invadidos,

¹⁰ Ainda a este propósito: “Tal como os gregos, os romanos estão na origem da maioria das estruturas mentais do Ocidente, a que forneceram um modelo linguístico. Assim, a língua latina modelou o francês, língua românica e, ao mesmo tempo, a lógica interna das nossas ideias. Mas, antes de mais, Roma transmitiu-nos as ideias e os valores gregos. [...] Espiritualmente, a Grécia conquistada domina os seus conquistadores. [...] A elite romana pensa e fala em grego. [...] No século I a. C., a helenização molda Roma e as grandes escolas filosóficas (estoicismo, epicurismo, etc.) afirmam a sua presença. [...] Realizava-se o ideal de Platão: o mundo era governado pelos filósofos.” Russ, 1997:48. “«Escarnecida durante duzentos anos pelos romanos brutais a filosofia grega triunfa à força de paciência. Já com Antonino vimos filósofos privilegiados, pensionistas do Estado, quase desempenhando o papel de funcionários públicos. Agora, o imperador está literalmente rodeado deles. Os seus antigos mestres tornam-se seus ministros, seus homens de Estado.»” Renan, *apud* Russ, 1997:48. “Concretizam-se, assim, através de Roma, as noções filosóficas; as ideias gregas passam para o Ocidente.” Russ, 1997:48. Ver também Roberts, 1996:351 e ss. e ainda Pereira, 1997:

¹¹ Como escreve Steiner, 2007:44 “Cinco axiomas para definir a Europa: o café; a paisagem a uma escala humana que possibilita a sua travessia; as ruas e as praças nomeadas segundo estadistas, cientistas, artistas e escritores do passado [...]; a nossa descendência dupla de Atenas e Jerusalém; e, por fim, a apreensão de um capítulo derradeiro, daquele famoso ocaso hegeliano que ensombra a ideia e a substância da Europa mesmo nas suas horas mais luminosas” (Steiner refere-se aqui a um fenómeno que já antes classificara como “desumanidade suicida” da Europa).

¹² Este período tem o seu início após a derradeira vitória sobre a arqui-inimiga e ex-aliada Cartago, colocando ponto final nas Guerras Púnicas, no decurso das quais a influência de Roma aumentou consideravelmente numa cintura balizada essencialmente ao redor no *Mare Nostrum* ou *Mare Internum* (ambas as denominações eram válidas para designar o Mar Mediterrâneo) e que se estendia agora desde a extrema mais Ocidental a Sul da Europa até à Ásia Menor, não ignorando de igual modo o espelhamento e projecção do raio de acção europeu sobre a parte norte do continente africano, sobretudo evidentes no Próximo Oriente e Magrebe, concretizando desta forma o fechamento de uma elipse organizada radioconcentricamente a partir de Roma.

a qual se traduzia mesmo numa frequente incorporação nos seus usos, dos costumes alheios. Poucas foram as épocas, no entanto, em que, no território europeu, se viveram períodos de paz efectiva e duradoura¹³. Esta propensão agudizou-se dramaticamente a partir do século II da nossa era¹⁴ por ocasião do cerco montado a Roma pelos povos germânicos, o qual culminaria com a queda e conseqüente desaparecimento do Império Romano a Ocidente. Nas palavras de Carpentier e Lebrun (2002:125):

“Os cinco séculos que vão do desaparecimento do Império Romano no Ocidente (476) às proximidades do Ano Mil foram decisivos para a formação da Europa. Foi então que se fixaram os povos que iriam dar origem aos diversos Estados europeus. Foi então que, à tradicional oposição de uma Europa do Sul, mediterrânicas e de civilização greco-romana, a uma Europa do Norte entregue aos «Bárbaros», sucedeu lentamente a oposição de uma Europa Ocidental, de cultura latina e forte presença germânica, a uma Europa Oriental, de cultura grega e forte presença eslava. Estes dois fenómenos essenciais operam-se no decurso de profundas perturbações a que é costume dar-se o nome de «grandes invasões».”

Dois outros elementos capitais no processo de formação da identidade europeia merecem a nossa convocatória: a emergência, rápida disseminação e ulterior confrontação de dois blocos religiosos bem como, as tentativas de restauração do Império Romano, agora já sob os auspícios de um Cristianismo, herdeiro das derradeiras tradições de Roma em apressado declínio¹⁵ e, entretanto, plenamente enraizado no continente¹⁶.

¹³ Isto mesmo comprova a sucessão de campanhas bélicas entre os séculos III a.C. a I a.C., correspondendo ao período final da República e a ulterior transição para o Império. Cf. Navarro (Dir.), 2005^a:173.

¹⁴ Valerá a pena transcrever mais amplamente a explicação de Carpentier e Lebrun (2002:109-111): “A situação começou a degradar-se a partir da segunda metade do século II. A população europeia fora atingida pela epidemia da peste, trazida do oriente pelos exércitos de Marco Aurélio. A guerra civil que estalou por morte do imperador Cómodo (192) dividiu o império e as legiões defrontaram-se, tanto na Europa Oriental, onde o futuro imperador Séptimo Severo se viu forçado a pôr cerco a Bizâncio, como no Ocidente, em volta de Lyon, em 197. O reatamento das invasões germânicas no século III comprometeu a recuperação operada pela dinastia dos Severos. A expansão dos povos germânicos prosseguiu durante todo o império sob o peso da pressão demográfica interna e com a chegada de novos elementos. Organizaram-se ligas que reuniam diversos povos: na Germânia Ocidental e no Reno Inferior, os Chamavos, os Bructeros, os Catos, etc., constituíram a Liga Franca; ao mesmo tempo, os Alamanos e os Jutungos englobavam os povos da Alemanha do Sul, da Boémia e da Morávia. Mas os movimentos mais importantes foram os da Germânia Oriental, onde a chegada de novos povos góticos, os Gépidas, provocou novas migrações dos Godos, em dois grupos – os Visigodos e os Ostrogodos – que arrastaram também os Vândalos. Enquanto estes últimos se instalavam na vizinhança das fronteiras romanas do Danúbio, os Godos continuaram a avançar para leste e foram ocupar a Rússia Meridional, onde entraram em contacto com os Sármatas e com os Alanos, os mais recentes povos iranianos que ali haviam chegado. [...] Roma teve, pela primeira vez, de aceitar uma diminuição do seu espaço provincial europeu. Já em fins do século II fora preciso renunciar a defender a muralha de Antonino, no norte da Britânia, e recuar para a muralha de Adriano. Passado menos de um século, Aureliano decidia, perante a pressão dos bárbaros, a evacuação de Dácia (276) enquanto, ao mesmo tempo, a Ocidente, era abandonado aos Alamanos o domínio dos decumates agri a leste do Reno. Este recuo territorial vinha acompanhado de uma grave crise económica e Monnetária.” Em outros autores, encontramos também explicações semelhantes. Ver, por exemplo, Roberts, 1996: 392 e ss., Navarro (Dir.), 2005^a: 382 e ss. e Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:14.

¹⁵ Não ignoremos que, o Édito de Milão de 313 enunciado pelo Imperador Constantino, segundo o qual o Cristianismo se convertia em religião tolerada pelo Império Romano, o Concílio de Niceia (no ano de 325) que muitos assinalam como marcante na definição da doutrina posterior do catolicismo romano (onde se terá, segundo a versão oficial, deliberado sobre a questão do Arianismo (vd. AA. VV., 1995:223 e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arianismo>), sobre o carácter divino ou não de Jesus Cristo, sobre a data da Páscoa e, de acordo com alguns historiadores contrários à versão institucionalizada, onde se terá igualmente discutido e seleccionado os evangelhos constantes da Bíblia

Com efeito, a transmissão do património helénico (entendido em sentido amplo, compreendendo as dimensões cultural, política, filosófica e artística), a estruturação da vida social (principalmente através da construção da ciência jurídica) e a doutrina cristã (instrumento vital para a emergência dos movimentos humanistas modernos e contemporâneos), poderão, em sentido amplo, ser classificados como os três mais importantes legados de que a Europa beneficiou em consequência da romanização.

É na ressaca dos acontecimentos de 476, com a multiplicação dos mosteiros por toda a Europa, num cenário em que estes templos funcionam não apenas como lugar de oração mas, também, como palco de importantes avanços agrícolas e, fundamentalmente, como centros de cultura e de pensamento, perpetuando o legado recebido, que se efectivará a já aludida passagem de testemunho¹⁷. Concomitantemente, ainda no primeiro quartel do século VII, mais concretamente no ano de 622, a Oriente, Alá inspirará Maomé (570-632) na articulação de um credo concorrente ao vigente nos territórios a Norte do *Mare Internum*¹⁸. Serão estas ocorrências, não menos relevantes, que determinam o início da era muçulmana. A expansão do que era, para os impérios cristãos, obra dos significativamente chamados “infiéis”, (expansão esta produzida

Sagrada, tese que, reiteramos, não merece o consenso da generalidade dos académicos que situam tal processo em momento anterior – certo parece o dado que situa em Niceia a unificação e uniformização religiosa de Roma), e por fim o Édito de Constantinopla por meio do qual Teodósio I, último líder de um império ainda unido, consagra o Cristianismo como religião oficial do Império Romano, ocorreram, especialmente este último com um intervalo inferior a um século da queda de Roma (em 476). “Coerente com a sua atitude pró-nicénica, Teodósio convocou um concílio de Bispos em Constantinopla em 381. O seu único objectivo era eliminar de uma vez por todas o movimento ariano. Aquilo que hoje chamamos Credo de Niceia foi adoptado nesta reunião histórica. Esta versão tornou-se igualmente o Credo da Igreja Ocidental. A condenação dos arianos foi uma de entre outras decisões do concílio.” (AA. VV., 1995:247).

¹⁶ Como sustenta Pereira (1997:26), “desde a formação do Império Romano do Ocidente, tal como em seguida, durante a Idade Média e bem além deste período, o nosso continente tinha uma única língua de cultura, o Latim, uma só religião, o Cristianismo”.

¹⁷ “Entretanto, no Ocidente, a Igreja Católica, ocupava o lugar deixado pelo Império Romano, que ruíra. Tornou-se a primeira potência com o papa como seu dirigente indiscutível, não só na Igreja como, muitas vezes, na corte. [...] Durante este período, tanto no Oriente como no Ocidente o cristianismo abrangia quase todos os aspectos da vida, desde a educação, à assistência médica. [...] Graças à sua tradição de copiar manuscritos, os mosteiros medievais garantiram também a sobrevivência de obras antigas, que de outro modo poderiam ter-se perdido.” (AA. VV., 1995:320-321).

¹⁸ “Enquanto Gregório lutava por salvar o Império do Ocidente e defender a Igreja Católica, um árabe carismático, de nome Maomé, fundava uma nova religião que iria transformar o mundo árabe. [...] Maomé desiludiu-se da religião árabe politeísta, que honrava umas 500 divindades: impressionava-o mais o monoteísmo do judaísmo e do cristianismo, além do facto de estas religiões possuírem um texto sagrado. [...] Em 610, com cerca de 40 anos, Maomé meditava numa gruta quando teve a primeira de uma série de experiências visionárias. Escreveria mais tarde que lhe aparecera o arcanjo Gabriel, revelando-lhe a palavra de Deus. [...] Seguiram-se mais revelações divinas, e Maomé começou a pregar. Qur’an, a palavra árabe para «recitar», tornou-se o título da colectânea escrita das suas revelações. No Qur’an, Corão, ou Alcorão, Maomé fala da natureza de Alá ou Deus: «*Nada existe no Céu ou na Terra maior que o poder de Alá. Ele é poderoso e onnisciente.*» [...] Maomé considerava-se o último profeta numa linhagem que incluía Abraão, Moisés e Jesus. Os politeístas de Meca começaram a perseguir os discípulos de Maomé, os chamados muçulmanos, ou «aqueles que se submetem a Deus». [...] Com a vida em perigo em Meca, Maomé aceitou uma oferta secreta para ser mediador numa rixa familiar entre Árabes em Medina. Iniciou a sua viagem para Medina em 16 de Julho de 622, data respeitada pelos seus discípulos como a da Hégira, ou «emigração», e escolhida para começo do calendário islâmico. Maomé resolveu a rixa e em breve se tornou a primeira autoridade política, militar e religiosa em Medina. A ausência da separação entre a Igreja e o Estado é desde então característica da sociedade islâmica. Passado tempo, Maomé conquistava Meca e governava a Arábia, obrigando os pagãos árabes a converterem-se. Na altura da sua morte, em 632, toda a península Arábica abraçara já a nova fé.” (AA. VV., 1995:318-320, itálicos no original). Poderemos encontrar Idêntico relato em Roberts 1997^a:20-26.

com uma rapidez assaz notável¹⁹), e a subsequente confrontação com as hostes cristãs que predominavam no território europeu será fulcral no despertar uma certa consciência europeia.

Ribeiro (2003:23, itálicos no original) explica que “[s]e a palavra Europa foi utilizada já no século IX a.C. na *Teogonia*, de Hesíodo (336 a.C. – 370 a.C. (sic)), o vocábulo *Eurôpaiois* apareceu pela primeira vez, em Heródoto para designar um todo colectivo – os gregos resistentes ao ataque persa. Por seu turno, o termo *Europenses* surge num texto do séc. VIII da autoria de um cronista moçárabe. Esta designação foi atribuída aos que resistiram à ofensiva dos muçulmanos, sob a chefia de Carlos Martel”²⁰.

Noutro nível, também as várias tentativas encetadas no sentido da restauração do Império Romano do Ocidente que concorrerão para o reforço, necessariamente incipiente, de uma certa percepção europeísta que importa assinalar, surgem sempre com Roma, a papal, não a derrotada pelos Visigodos, em pano de fundo: “O rei franco Carlos Magno, estabelecido em Aquisgrão, converter-se-ia no árbitro do Ocidente, recebendo no dia de Natal do ano 800, do Papa Leão III a Coroa Imperial, que constituía, em parte, ou renovava a vontade de reconstrução do Império Romano do Ocidente. Carlos Magno foi reconhecido como «Rex, Pater Europeae» e nos Anais de Fulda reflectiu-se a identidade «Europa vel Regnum Carolum»: Europa ou o Reino de Carlos” (Pérez-Bustamante e Colso, 2004:15)²¹.

¹⁹ Note-se que a invasão da Península Ibérica ocorre em 711, menos de um século após o surgimento desta confissão religiosa e que a batalha de Poitiers, em consequência da qual o avanço dos muçulmanos foi travado já no centro da Gália teve lugar no ano de 732, duas escassas décadas volvidas sobre as primeiras conquistas dos mouros em solo europeu. Cf. Carpentier e Lebrun, 2002:127, Navarro (Dir.), 2005^b:455 e ss. e Pérez-Bustamante e Colso, 2004:15 e ss.; Roberts 1997^a:27-29.; Soulier, 1997:28-29.

²⁰ Pérez-Bustamante e Colso (2004: 15) advogam a este respeito que “foi precisamente o choque das duas civilizações o que, sem dúvida, determinou a marcada tomada de consciência duma certa identidade europeia que se reflecte na própria denominação de «Europeus» que uma crónica moçárabe do ano 754 outorga a todos os que enfrentaram os Árabes em Poitiers e, portanto, designando deste modo a comunidade continental que se defendia perante um inimigo externo.” Roberts, 1997^a: 113 apresenta uma versão idêntica: “Em termos gerais, a Cristandade ocidental anterior a 1000 d. C. ocupava metade da Península Ibérica, toda a moderna França e a Alemanha a oeste do Elba, a Boémia, a Áustria, a zona continental italiana e a Inglaterra. Na orla desta área encontravam-se a Irlanda e a Escócia bárbaras mas já cristãs e, no final desse período, os reinos escandinavos. *No século X começou a ser aplicada a esta região a palavra «Europa» e uma crónica espanhola referiu-se, inclusivamente, aos vitoriosos de 732 como «Europeus».*” (itálicos nossos). Ver ainda Pereira, 1997: 29 e ss. e Pires, 1992: 52.

²¹ A este respeito, consultar igualmente Ribeiro, 2003:23-24; Wright 1982^b:43 e ss.; Roberts, 1997^a:117 e ss.; Pires, 1992:56. Adriano Moreira, (2004:61) procede a uma análise um pouco mais aprofundada que talvez convenha reproduzir. Escreve o autor que “Carlos Magno será chamado David e Constantino, somando as tradições teocrática do Velho Testamento, e a imperial. Exercendo uma função *regale ministerium* – , o rei será responsável perante Deus pela salvação do seu povo. [...] Quando no Natal de 800, foram conferidos a Carlos Magno o título e a coroa imperiais, ficaram estabelecidos os dois pontos de referência da unidade europeia. Um personalismo cristão; um poder imperial. Duas tradições: uma ética, outra maquiavélica. As convergências e divergências de ambas encherão a história da Europa. A primeira será sempre o critério ético geral. A segunda inspirará muitas das guerras civis da cristandade. O mesmo livro com leituras diferentes. Diferentes ambições, com desastres iguais. Mas quando a Europa parte à conquista do Mundo, o livro será a prova da sua identidade. A unidade, o ponto de referência, será esse. Desdobrado em múltiplas instituições privadas e públicas. Dando carácter à maneira de viver e de morrer. Com autenticidade ou sem ela. Transportando também a herança maquiavélica. A fatalidade de o poder tender para desconhecer os valores. Mas sem nunca conseguir abafar a voz que clama pela autenticidade, e que está no livro”. (itálico no original).

A morte de Carlos Magno, bem como as subsequentes disputas entre os seus herdeiros, acabariam por forçar o Tratado de Verdun, assinado em 843 e nos termos do qual o Império carolíngio se cindiria em três blocos políticos: França, Alemanha e Lotaringia. Nova tentativa seria preparada volvido pouco mais de um século, no seguimento de outra vaga de invasões dos povos do norte do continente, produzindo, uma vez mais, substanciais alterações no mapa político-cultural da Europa. Com efeito, a coroação de Ótão I, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em Roma no ano de 962, procuraria uma vez mais reunir sob uma única liderança os despojos da queda do Império Ocidental. Porém, nesta ocasião, os esforços não foram bem sucedidos e Ótão I logrou unicamente alcançar a posição de Imperador dos povos germânicos e dos do Norte de Itália²².

Como conclui Ribeiro (2003:24-25), no dobrar do primeiro milénio, o mundo cristão pautava-se por uma considerável falta de homogeneidade, profundamente espartilhado entre três núcleos (Roma, Constantinopla e Moscovo – este último em ascensão assumindo-se mesmo como uma terceira Roma) incapazes de ensaiarem uma convergência no sentido de mitigarem o perigo muçulmano: “Um melhor esclarecimento desta problemática encontramos-lo na obra de Jean-Baptiste Duroselle que explicita as suas ideias sobre o extremar das posições da cristandade latina e grega. Face ao Islão, os dois grupos de cristão não souberam unir-se. Esta conclusão permite afirmar que não se conseguiu, então, unificar o espaço europeu”²³. Em igual sentido, Pires (1992:72) entende que entre o século V e o século XI a Europa viveu tempos tumultuosos, todavia, profundamente criativos. Foi nesse tempo que surgiram algumas das nações europeias, tais como a Inglaterra de influência anglo-saxónica, ou a França dos merovíngios, ou ainda a Espanha de base visigótica.

Definitivamente gorada a hipótese da restauração do Império Romano no Ocidente, a Europa fecha-se sobre si própria. Decorridos cinco séculos sobre a queda de Roma, e perdida a quase totalidade das estruturas políticas, económicas, sociais e culturais herdadas, o território europeu parece crescer enormemente. A insegurança que tomou conta das outrora fundamentais vias romanas justifica a acentuada redução das trocas comerciais – tanto com o Oriente como em relação aos árabes. A agricultura adquire o papel de âncora do sistema económico e a posse da terra, antigamente fonte de notáveis pelejas, tende a estabilizar-se. É agora fonte de poder e ambas (a posse das terras e a sua exploração) concentram-se nas mãos de aristocratas que, a troco da sua protecção, recrutam escravos, colonos ou camponeses livres. As viagens tornam-se progressivamente menos frequentes e mais perigosas. Embora sem aumentarem as distâncias físicas, o sentimento de separação entre os povos amplia-se substancialmente. Todos estes elementos tiveram como principal consequência o crescente isolamento dos povos e a

²² Cf. Soulier, 1997:37-38; Carpentier e Lebrun, 2002:129-130; Roberts 1997^a:126-127; Pires, 1992:56.

²³ Ver igualmente a este respeito, Cunha (2004:22-23)

eclosão de uma época de verdadeira estagnação à escala continental. Em suma, como escrevem Carpentier e Lebrun, (2002:130), “nos séculos IX e X, o Ocidente regressou, em todos os planos, ao seu anterior espedaçamento”.

Neste período, em que pesadas trevas se abateram sobre uma Europa oscilando entre o comatoso e o anárquico, apenas a Igreja prospera, consolidando e ampliando o seu poder a todas as regiões que se mantinham fora da influência moçárabe, assumindo-se, em paralelo com o Latim, como o derradeiro vínculo de identificação continental oriundo da era romana²⁴. A Alta Idade Média caracteriza-se ainda pelas colossais batalhas de cariz religioso travadas contra o inimigo muçulmano, ocorridas tanto em território europeu, como aquelas disputadas no Norte de África Próximo e Médio Oriente e Ásia Menor: as Cruzadas (Cf. Wright, 1982^a:117 e ss.).

O processo de laicização da cultura

A transição entre a Alta e a Baixa Idade Média apenas vai acentuar o processo de fragmentação social, cultural e político do xadrez europeu. Com efeito, uma das notas de maior relevo na análise deste período será o processo de laicização da cultura iniciado ainda nas derradeiras décadas do século XII, beneficiando a partir do século XIII de um retorno nas trocas comerciais, o qual iria acentuar paradoxalmente as identidades regionais em desfavor da uniformização eclesiástica²⁵.

Emergem também o que poderemos entender como as “tecnologias comunicativas” da época, germinando desenvolvimentos que se fariam sentir de modo mais claro no Renascimento. É o caso das escolas primárias laicas surgidas, a partir de 1179, no seio das Comunas. “[...]

²⁴ Sustenta Cádima, (1996:61): “Com a total desarticulação do Império Romano e o progressivo alargamento do poder bárbaro a todas as regiões que anteriormente estavam sob domínio Romano, verifica-se em toda a Europa meridional uma situação de profunda recessão global [...] De facto, - continua o autor - poder-se-á dizer que as duas grandes instituições que legitimam de igual modo uma hipotética identidade europeia latente perante o caos bárbaro são, portanto, por um lado a família e, por outro, a Igreja. Acima delas, a transcendência.” No mesmo sentido as palavras de Soulier, (1997:26) “Restavam a Igreja e o Império do Oriente. O papel e a importância da Igreja não deixaram de aumentar de diversas maneiras neste longo período de desordem. Daqui resultou um desenvolvimento considerável da autoridade pontifical, mas, também, a ruptura com a Igreja do Oriente. Só a Igreja tinha estruturas sólidas e duráveis. O cristianismo propagara-se rapidamente e os bispos tornaram-se personagens essenciais da cidade, desempenhando um papel de defensor, ou de mediador perante os Bárbaros. A fragmentação do poder político conduzia-os a voltarem-se, cada vez mais, para o Bispo de Roma, sucessor de São Pedro. Devido à sua primazia sobre os outros bispos, apareceu, por um tempo, como a autoridade suprema do Ocidente”. Também Pires, 1992:72-73, segue esta mesma tese.

²⁵ De entre estas guerras, é comum destacar o conjunto de conflitos que opuseram França a Inglaterra, genericamente conhecido como a Guerra dos Cem Anos²⁵ – 1337-1453 –, não negligenciando muitos outros, inclusive o ocorrido entre Portugal e Castela – 1383-1385). Por outro lado, não podemos neste contexto negligenciar o papel do ensino universitário, dos intercâmbios de professores e estudantes no espaço europeu, antecipando os programas actuais Sócrates e Erasmus, bem como das duas escolásticas: a primeira surgida no século XIII em Órleans (França) e muito difundida em Perusa (Itália) a Segunda Escolástica, ou Neo-Escolástica, nos séculos XVI e XVII dividida em duas grandes correntes – a iberista e a anglo-neerlandesa-alemã. Estas trocas de conhecimentos e de mestres eram facilitadas por uma comunicação organizada em torno do latim e pela *licentia ubique docendi*, isto é, o direito, reconhecido pela Igreja Católica, de os mestres poderem ensinar em qualquer instituição, o qual facilitava muito a circulação, tanto de mestres como de discípulos. Vd. Ribeiro, 2003:26 e Justo, 2005:29 e ss. e 41 e ss..

[C]onquistada apesar da resistência encarniçada da Igreja [...]” (Le Goff, s/D.:78), que ainda assim conservou para si o exclusivo do ensino superior e boa parte do secundário, a liberdade de iniciativa para abertura das *parvae scholae* ou *scholae minores* (Idem, *Ibidem*, p. 78) abriu caminho a toda uma nova era no ensino. Neste nível, o ensino era essencialmente frequentado pelas crianças oriundas da burguesia comerciante, o qual surgia organizado no sentido de as dotar das noções e instrumentos básicos tendentes ao exercício da sua futura actividade. Nas escolas laicas, a influência da classe mercantil fazia-se sentir em quatro domínios fundamentais: na escrita, no cálculo, na geografia e nas línguas vivas/vernaculares.

Se com a entrada na Alta Idade Média a cursiva antiga dera lugar ao minúsculo carolino, na Baixa Idade Média opera-se um regresso à fórmula inicial. Todavia, esta não surge isolada, posto que, com ela se opera igualmente uma diversificação dos estilos de escrita. Se por um lado nos surge a escrita de chancelaria (elegante e cuidada, destinada principalmente a actos solenes), assiste-se ainda ao nascimento da escrita notarial (não raras vezes, trapaceira e abreviada) e, sobretudo, à comercial “[...] clara e rápida, exprimindo “energia, equilíbrio e gosto”. Escrita esta que responde às necessidades crescentes da contabilidade mercantil, da escrituração dos livros, do registo de actos comerciais. Escrever tudo, escrevê-lo imediatamente, escrevê-lo bem, eis a regra de ouro dos mercadores” (Le Goff, s/D.:78, aspas no original)²⁶.

A par da escrita, surge o cálculo, cuja utilidade, para o mercador, é por demais evidente. Neste âmbito, multiplicaram-se, a partir do século XIII, os manuais de aritmética elementar. Merece aqui especial referência Leonardo Fibonacci (o mesmo da sequência Fibonacci), a quem é atribuída a introdução, na Europa, de instrumentos tão fundamentais, como os algarismos árabes, amplamente mais práticos para o exercício de operações matemáticas e contabilísticas do que os romanos, e, principalmente, do zero. O zero, e com ele, o conceito de nulidade/inexistência que lhe surge inerentemente, eram de todo ainda desconhecidos na Europa de duzentos e tiveram um papel de enorme importância “[...] para a numeração com parcelas, operações com fracções e cálculo proporcional” (idem, *Ibidem*, p. 79).

Por outro lado, também a Geografia, igualmente numa vertente prática e diversificada (versando sobre tratados científicos, narrativas de viagens – com particular destaque no Livro das Maravilhas de Marco Polo – e a cartografia) ocupava amplo destaque nas matérias estudadas nas escolas laicas, entre as quais pontificavam as genovesas e catalãs.

Uma quarta área de fulcral importância para a actividade do mercador: o domínio das línguas vulgares, instrumento indispensável à comunicação com os clientes. Em consequência,

²⁶ Cremos ser útil acompanhar ainda o restante do raciocínio de Jacques Le Goff. “Um genovês do fim do século XIII aconselha: «Deves sempre recordar-te de mencionar por escrito tudo o que fazes. Escreve-o imediatamente antes que te saia do espírito.» E o anónimo do século XIV [...] diz: «Não se pode ser preguiçoso no escrever» [...]. Graças a ele, a escrita, escrita limpa e cómoda, escrita útil e corrente, toma um lugar de primeiro plano nas escolas primárias” (Idem, *Ibidem*, p. 78, aspas no original).

aparecem os primeiros dicionários bilingues, e é conhecido, pelo menos, um dicionário trilingue (de latim, cumano, uma língua turca, e persa). O francês ocupou inicialmente o espaço de grande língua internacional do comércio, concorrendo, posteriormente com o italiano e o baixo alemão.

Em paralelo, desenvolve-se ainda o estudo da história, em especial uma história económica, e surgem inclusive manuais de comércio elaborados a partir dos conhecimentos de mercadores que deixaram notas escritas das suas experiências. Encontramos aqui toda uma vasta miríade de ensinamentos relativos a mercadorias, pesos, moedas, medidas, itinerários, tarifas aduaneiras, entre inúmeros exemplos (Idem, *Ibidem*, p. 80-81).

Há ainda um último aspecto a merecer uma referência particular: a racionalização (seguimos aqui a terminologia de Le Goff, s/D.: 81). “Os ritmos da existência já não obedeciam à Igreja. Medir o tempo tornava-se uma necessidade para o mercador [...]. Um calendário regulado a partir das festas móveis era eminentemente incómodo para o homem de negócios. [...] Para os seus cálculos, para o estabelecimento de balanços, os mercadores tinham necessidade de pontos de partida, de referências fixas. Entre as festas litúrgicas escolheram uma secundária, a da circuncisão, e fizeram principiar e terminar as suas escritas em 1 de Janeiro e 1 de Julho”. Neste contexto, importa salientar igualmente a divisão do próprio dia em outras unidades que não as determinadas pela Igreja e pelas orações. Será portanto o mercador “[...] quem promoveu a descoberta e a adopção dos relógios de repique automático e regular” (Idem, *Ibidem*, p. 82), comuns nas principais cidades comerciais europeias a partir do primeiro quartel do século XIV.

Ora, tal metamorfose desencadeou efeitos devastadores de desagregação nas estruturas de contenção características da Idade Média, (especialmente da Alta Idade Média), abrindo caminho a um período subsequente de sucessivas acelerações e de um contínuo desenvolvimento dos fluxos informacionais que transformariam radicalmente as sociedades europeias. No centro deste processo de transformação social e cultural, de restabelecimento das redes entre os povos europeus, (as quais haviam sido perdidas com a desagregação do império romano), e, principalmente, da emergência das tecnologias comunicativas, o livro e, numa segunda fase, a imprensa, que analisaremos um pouco mais adiante²⁷.

²⁷ Não desconhecemos, embora deliberadamente ignoraremos, outras transformações igualmente importantes, ainda que laterais face ao nosso objecto, entre as quais, e a título meramente exemplificativo, o das artes, em vários planos distintos. Em resultado da emergência de uma nova classe de consumidores, com gostos distintos dos próprios da nobreza e alto clero, não é de estranhar que a arquitectura, a pintura, a escultura, a literatura, e as artes menores (e entre elas, vestuário, ourivesaria, etc.), tenham conhecido alterações substanciais.

As artes adquirem simultaneamente um duplo papel: de ostentação da riqueza de uma nova classe poderosa e endinheirada, que irá dar um novo impulso à produção artística e, por outro lado, a sua desqualificação a mero bem transaccionável, mercadoria susceptível de gerar altos lucros. E, refira-se aqui que, se é verdade que os mercadores apoiavam frequentemente os artistas através do instituto do mecenato, não é negligenciável a existência de interesses, nomeadamente de controlo das ideias e de actos subversivos, que estava subjacente a esta prática.

Num outro plano, as igrejas e os castelos da Alta Idade Média, concorrem agora com uma arquitectura civil, mais aberta, menos fortificada, que perdeu os seus traços militares e que ganhou em conforto, comodidade e luxo: nasce a

Este processo que temos vindo a acompanhar provocou um importante acréscimo de estudantes no ensino superior e, por inerência, uma pressão crescente sobre a procura de livros. Como resposta a este contexto técnico, social e económico inteiramente novo e claramente distinto do anterior, o livro, é aqui substancialmente diferente daquele outro cuja circulação se encontrava, durante a Alta Idade Média, restrita aos muros dos mosteiros e abadias. São várias as alterações assinaladas por Jacques Le Goff (1985:102-105). Os progressos conseguidos na produção do pergaminho permitem a obtenção de folhas mais claras, superiormente maleáveis e menos espessas. Por outro lado o seu formato altera-se, tornando-se mais pequeno e manuseável. Também ao nível das caligrafias usadas se registam alterações: a escrita gótica substitui a antiga minúscula carolíngia, e de igual modo os fragmentos de cana até então usados para o desenho das letras cedem o seu lugar às penas de aves (geralmente de pato), a partir de cujo uso é possível conseguir maior rapidez e agilidade nos trabalhos de cópia. Por outro lado, a ornamentação nesta espécie de livros diminui drasticamente, enquanto se generaliza o recurso às abreviaturas e aos índices no sentido de se facilitar a sua consulta. Por fim, o livro perde o seu carácter de objecto de luxo, passando a ser um mero instrumento ao serviço de um fim. Ao redor das universidades instalam-se verdadeiras indústrias de cópia das lições dos mestres, organizadas em *pecia* e *exemplar*²⁸, frequentemente copiadas por estudantes pobres que, por meio desta actividade, sustentavam os seus estudos.

Se é verdade que esta é uma época de florescimento económico, situação que explica as transfigurações acima sumariamente enunciadas é, também, analogamente e qual bumerangue, sua consequência. Com efeito, se tecnologias comunicativas atrás referidas surgem como exigência de um período de profundas transformações comerciais (mas similarmemente sociais e culturais), não é menos verdade que a sua emergência irá potenciar os efeitos primeiros. Tal processo, situado pelos historiadores, algures na fronteira que marca a transição da Alta para a Baixa Idade Média, geralmente conhecido por laicização da cultura, encontra nas cidades

casa patricia. Na pintura, surgem os frescos e o retrato rivaliza crescentemente, enquanto temática, ao lado das pinturas bíblicas e dos temas religiosos do período anterior. Nas artes menores, o luxo impera: o mobiliário, a ourivesaria, o vestuário, a tapeçaria, todos eles são tributários de uma nova cultura de ostentação da riqueza adquirida pelos mercadores. Na literatura surgem novos temas e novos estilos adaptados ao gosto de uma classe progressivamente mais desligada da influência espiritual: a lírica trovadoresca e o burlesco adquirem um espaço central entre as distrações da burguesia.

²⁸ Atentemos na descrição do padre Destrez, transcrita por Le Goff. “Uma primeira cópia oficial da obra que se pretende pôr em circulação é feita em cadernos de quatro folhas, independentes uns dos outros. Cada um desses cadernos, feito de uma pele de carneiro dobrada em quatro tem o nome de peça: *pecia*. Graças a estas peças, de que os copistas se serviam uma após outra (e que reunidas constituem aquilo a que se chama o *exemplar*), o tempo que seria necessário a um só copista para fazer uma única cópia passa a ser suficiente para que cerca de quarenta escribas – no caso de uma obra constituída por umas sessenta peças – possam fazer cada um a sua transcrição, a partir de um texto corrigido sob o controlo da Universidade e por isso de algum modo considerado texto oficial” (Destrez, apud Le Goff, 1985:103, itálicos no original). Cf. Iguualmente Quintero, 1996:34-35 e Cádima, 1996:64.

comerciais italianas o ambiente adequado à sua eclosão e nos mercadores um elemento preponderante²⁹.

Paradoxalmente, se é certo que representa um incremento dos contactos e intercâmbios entre os povos europeus, estamos também em presença de um movimento no seio do qual parecem eclodir os primeiros traços (ainda incipientes e equívocos) de afirmação das futuras estruturas nacionais, abrindo caminho e lançando as sementes para os vindouros Estados modernos. Não deixa, todavia, de ser curioso o paradoxo: encontramos na Itália do início da Baixa Idade Média as notas caracterizadoras dos Estados modernos, e este será, justamente, o último Estado europeu a concretizar a sua unificação.

Em sentido contrário, os dois séculos seguintes (XIII e XIV) serão marcados por um período de forte contracção em vários domínios, e de forma muito particular ao nível demográfico, em claro contraste com a recuperação que se encetara no âmbito económico³⁰. Para isso, múltiplos factores concorrerão: as sucessivas guerras envolvendo os reinos da Europa³¹, os maus anos agrícolas registados no início do século XIV em consequência de vários anos de instabilidade climática (alternando vagas de frio intenso, prolongadas secas e invernos diluvianos), bem como do esgotamento dos solos e do modelo agrícola feudal e que provocaram fomes generalizadas um pouco por todo o continente. De referir também a proliferação de doenças colectivas, com especial ênfase na peste negra (1347-1352) que terá dizimado entre um quarto e um terço da população europeia e, por fim, as revoltas do campesinato surgidas no último quartel do século.

A Descoberta da Imprensa

A recuperação a que se assiste a partir do século XV e que se prolongará pela centúria seguinte desencadeará transformações radicais, revolucionando, não apenas a Europa, mas toda a Humanidade. O século XV marca a afirmação de um Renascimento já anteriormente emergente face à decadência progressiva das estruturas medievais, assinalando o arranque dos Descobrimentos marítimos animado pela rivalidade e competição entre os povos europeus (com particular destaque na disputa entre os reinos de Portugal e Castela).

²⁹ Vejam-se a este respeito, principalmente, os trabalhos de Jacques Le Goff (s/ D.:77 e ss.) e de Elizabeth Eisenstein (2005:10 e ss.).

³⁰ Cf. Carpentier e Lebrun, 2002:193 e ss.; Wright, 1982^b:182 e ss.; Navarro (Dir.), 2005^d:283 e ss..

³¹ Cf. Carpentier e Lebrun, 2002:190.

E, naturalmente, é-nos particularmente importante no contexto desta dissertação, a “invenção” atribuída³² a Johannes Gensfleisch Gutenberg (também referido como Johannes Gänsefleisch ou Johann Gutenberg de Estrasburgo e Mogúncia) que, em meados do século, deslumbra a civilização europeia com a prensa de tipos móveis. Esta é uma contribuição que viria a desempenhar um papel fundamental não apenas na disseminação por toda a Europa dos ideais humanistas do Renascimento, como ainda nos processos de Reforma e Contra-Reforma da Igreja, na consolidação das línguas vernáculas e no desenvolvimento de um novo sistema à escala continental de produção e difusão de informação³³. Particular enfoque, neste último ponto, à emergência da imprensa noticiosa.

Como escreve Elizabeth Eisenstein (2005:3), nos finais do século XV, assistiu-se à transferência dos trabalhos de reprodução dos documentos escritos da secretária do copista para a oficina do impressor. Todavia, a história em torno da prensa de tipos móveis de Gutenberg surge-nos envolta num manto de vastas incertezas e não menos importantes equívocos. Desde logo, porque largos períodos da própria vida de Gutenberg constituem, para os investigadores, um amplo mistério.

Sabe-se que terá nascido na Mogúncia, mais concretamente na cidade de Mainz, no final do século XIV (provavelmente em 1398). Filho de um ourives, (Quintero, 1996:37, ainda que existam teses em sentido contrário – são conhecidos relatos que afirmam a sua ascendência nobre, McMurtrie, 1997:160), Gutenberg desde cedo se interessará pela arte do pai, a qual terá exercido. Sabe-se, igualmente, que, em virtude da guerra, se terá mudado para território francês e, mais tarde, por volta da terceira década do século XV, se encontrava estabelecido em Estrasburgo. Sabe-se ainda que, num dos vários processos judiciais que somou, na qualidade de réu, ao longo da vida, e sempre por dívidas, o produto do seu intenso labor terá sido arrestado e entregue a favor de Johann Fust, seu sócio, ao qual ficara a dever elevadas importâncias. Aliás,

³² O recurso a esta formulação de cariz mais defensivo justifica-se pelo facto de, “[...] quando se pergunta «Quem inventou a imprensa?» deve responder-se que não sabemos com inteira segurança qual o homem que primeiramente fez tipos na Europa e os usou na impressão. Quanto à identidade do inventor, as investigações históricas amontoaram um número considerável de provas, mas com pequena proporção de testemunhos directos, porquanto a maior parte deles são testemunhos indirectos e circunstanciais” (McMurtrie, 1997:160). A este respeito, vd. igualmente o capítulo dedicado por Elizabeth Eisenstein (2005:13-45) à problemática.

³³ Não obstante o facto de ser um acontecimento ainda hoje deficientemente compreendido. Eisenstein (2005: 4) afirma isso mesmo: primeiro porque se trata de um fenómeno geralmente estudado por académicos de outras áreas que não a da história (e da comunicação, acrescentamos nós); segundo, porque quando é abordado o é sempre de uma forma lateral; terceiro, porque não existe um estudo sistemático capaz de abarcar os cinco séculos de imprensa. Trata-se, em suma, de um evento, pouco estudado, estudado por investigadores de áreas que pouco têm que ver com o assunto, estudado sempre como um tema lateral e estudado de uma forma fragmentada e pouco sistematizada. Como escreve Hirsh (*apud* Eisenstein 2005:4, tradução nossa) “A exacta natureza do impacto que a invenção e o disseminar da imprensa teve na civilização ocidental permanece, ainda hoje, por compreender”. Embora, e permanecendo no itinerário proposto por Eisenstein (Steinberg, *apud* Eisenstein 2005:5, tradução nossa), “quer os movimentos políticos, constitucionais, eclesiásticos e económicos, quer os filosóficos e literários, não podem ser totalmente compreendidos, sem tomar em conta a influência que a técnica de impressão exerceu neles”, a verdade é que, sublinha a autora (2005: 6) uma coisa é registar o aumento da produção de livros a partir de meados do século XV, em consequência da nova técnica de reprodução, outra bem diferente é determinar em que medida o acesso a maior quantidade e variedade de informação afectaram os meios de aprender, pensar e compreender das elites letradas.

como postula McMurtrie (1997:162-163), boa parte do que se conhece da vida de Gutenberg é justamente devido aos registos que se conservaram das várias acções que lhe foram movidas. Embora oriundo de uma família abastada, Gutenberg, como muitos outros inventores não logrou colher os benefícios resultantes do seu trabalho, tendo morrido, em 1468, numa altura em que se encontrava ao serviço do Arcebispo Adolfo da Mogúncia, como seu servidor e cortesão para toda a vida (McMurtrie, 1997:163). Após a acção que intentaram em 1455 contra Gutenberg, cujo resultado, embora não conhecido, lhes terá sido muito possivelmente favorável, Fust e o seu sócio Peter Schoeffer emergem como os mais importantes impressores de Mogúncia, ainda que, nunca hajam reclamado, para si, durante a vida do ourives, o “invento” da nova técnica.

Entre a lista de equívocos comuns relativamente a Gutenberg conta-se, desde logo o facto de ter sido o Tesouro da Igreja o primeiro beneficiário do produto das investigações do inventor. Com efeito, (seguindo a tese de McMurtrie, 1997:169, mas também de Eisenstein, 2005:33-34) perdida Constantinopla em 1453, no ano seguinte, o papa, Nicolau V, concedeu indulgências a todos os fiéis que realizassem dádivas em dinheiro para auxiliar o financiamento da campanha bélica contra os Turcos. Assoberbada pela incomensurável procura deste tipo de documentos, a Igreja recorreu à nova técnica de cópia, em virtude de o habitual modo de produção manuscrito se revelar manifestamente insuficiente para satisfazer a procura. Assim foram produzidas indulgências, em larga escala, a partir de 1454, seguindo um modelo que contemplava um texto impresso com alguns espaços deixados em branco para a posterior redacção manuscrita do nome dos oferentes, da data, bem como de outros pormenores.

Um segundo erro vulgar diz respeito ao próprio estatuto de inventor que lhe é atribuído. Na verdade, não obstante a importância capital do seu trabalho para o desenvolvimento da cultura humana, em rigor, Gutenberg, nada inventou. O seu mérito reside justamente na capacidade que teve de combinar um conjunto de elementos pré-existentes e que se tornaram então conhecidos/acessíveis na Europa. O papel, conhecido na China desde há mais de um milénio, e introduzido na Europa, por via árabe, ainda antes do final do primeiro milénio, só no século XIII começou a ser fabricado em Itália, vindo progressivamente a substituir o pergaminho.

Este suporte obtido a partir das peles de animais, conheceu ao longo dos séculos XII e XIII melhoramentos importantes que possibilitaram a obtenção de folhas progressivamente mais claras e igualmente mais finas. Porém, a pressão crescente em torno da procura de livros, transformava esta numa matéria-prima cada vez mais escassa e, num quadro em que a oferta estava longe de satisfazer a enormemente superior procura, os preços disparavam. Em face desta situação os livros, já de si difíceis de produzir e muito dispendiosos, não apenas devido ao facto de serem integralmente manuscritos, mas também devido à riqueza das iluminuras incluídas, atingiam preços apenas comportáveis a algumas, raras, elites. Também por aqui se

explica o facto de, para além do restrito circuito monástico, o acesso ao livro, nesta época, se circunscrever, e mesmo assim a escassos exemplares, a alguns membros da alta nobreza.

Gutenberg socorreu-se ainda de uma prensa. Oriundo de uma região produtora de vinhos, o ourives alemão viu na prensa usada para espremer as uvas uma importante aliada para o seu projecto, tendo para tal procedido a algumas adaptações. Tal como o papel, também a impressão era uma técnica há muito conhecida no Oriente. Nunca, todavia, este método logrou alcançar sucesso nessas paragens. A razão para este insucesso explica-se essencialmente pelo facto de as línguas orientais nunca terem, ao inverso do verificado com as ocidentais, evoluído para o estágio fonético, mantendo-se num estágio ideográfico/ideogramático. Estas últimas foram posteriormente sintetizadas num alfabeto circunscrito a vinte e seis caracteres, a partir dos quais é depois possível, por meio de convenções, “reproduzir” não apenas toda a realidade natural, como ainda e também uma vasta panóplia de conceitos abstractos sem qualquer referente material. Deste modo, a complexidade dos tipos existentes, bem como a sua quase infinita variedade³⁴, contribuíram decisivamente para que um tal sistema nunca tenha vingado. Não obstante, esta técnica era amiudadamente utilizada na produção de xilogravuras, (esculpidas em pranchas de madeira) datando do século IX a mais antiga que se conhece.

Assim, a Gutenberg, segundo Quintero (1996:37)³⁵ deve ser reconhecido, não o mérito de ter inventado a imprensa, antes sim o da invenção das formas férreas ou caracteres metálicos móveis³⁶, inspirando-se para tanto, no processo de produção das pranchas de madeira que serviam para a impressão de xilogravuras, prática que se encontrava amplamente difundida em França, na Holanda e nos territórios da Alemanha. A este seu contributo, acrescentem-se as alterações e adaptações introduzidas na prensa de vinho e, pormenor de não somenos

³⁴ Mandarim e cantonês, os dois principais dialectos chineses com suporte escrito, partilham uma mesma base de caracteres que ascende a várias dezenas de milhar. Estimado em cerca de oitenta mil tipos, ao conjunto de símbolos de constantes desse tronco comum, devem ainda somar-se os exclusivos de cada idioma. Embora no uso corrente o emprego destes caracteres não ultrapasse em média os sete mil, a verdade é que a maioria dos seus falantes não chegam, ao longo de toda uma vida a conhecer a totalidade do próprio sistema linguístico escrito.

³⁵ Escreve o autor, apoiando-se em Steinberg: “Gutenberg «não foi o primeiro a compreender a necessidade e as possibilidades de uma produção de literatura em grande escala»; tão-pouco inventou a impressão a partir de um relevo negativo [...]; dispunha do papel, invenção chinesa já generalizada na Europa; também «seguiu outros quando substituiu a madeira pelo metal e o bloco pela letra individual», e «tinha à mão um instrumento adequado para comprimir [...]: a prensa para vinho». Ou seja, a sua conquista, o seu êxito, foi conseguir sintetizar todas as técnicas, correntes e tentativas que já existiam na época em que viveu. Sem o seu génio isso talvez não tivesse sido possível: baseando-se na experiência técnica dos copistas, dos artesãos que faziam gravações em madeira e dos que trabalhavam os metais, produziu caracteres móveis que podiam ser combinados livremente.

No entanto deu dois contributos genuínos: a fundição dos tipos num molde metálico que permitia dispor as centenas ou milhares de caracteres necessários para compor uma obra; e a criação de um braço suficientemente longo para cada carácter de forma a poder ser manejado e colocado junto a outros para formar palavras e frases” (Quintero, 1996:37). Em idêntico sentido registamos também o testemunho de McLuhan, (1977^a:278): “A tipografia foi a primeira experiência de mecanização de um ofício manual e, a este título, ela constitui um exemplo por excelência, não da descoberta de um conhecimento novo, mas da aplicação prática de conhecimentos já disponíveis”.

³⁶ Também aqui não há consenso entre os autores. Febvre e Martin (1997) referem que as formas férreas foram inicialmente produzidas em estanho. Outros autores referem chumbo e há ainda quem sustente a tese do material utilizado ter sido o ferro. Quintero (1996: 37) refere uma liga de chumbo, estanho e antimónio.

importância, a extensa investigação efectuada pelo ourives na busca por uma tinta, suficientemente consistente para não escorrer, compatível com o suporte utilizado e de secagem rápida. Esta terá sido, porventura, a área em que Gutenberg mais inovou, ainda que seja a menos estudada/conhecida.

Uma outra verdade tida como certa, mas que poderá não encontrar correspondência na realidade, diz respeito à Bíblia de quarenta e duas linhas. Em rigor, este mito tem vindo a ser contrariado por teses alternativas (McMurtrie, 1997:165 e ss.) que propõem uma outra versão dos factos. Não só a Bíblia de Gutenberg (a de quarenta e duas linhas) poderá não o ser, como parece igualmente certo que não terá sido esta a primeira obra impressa. Vamos por partes.

Em primeiro lugar importa estabelecer a data da “Bíblia de 42 linhas”. McMurtrie, explica que terá sido concluída não depois de 1456. Ora, sabemos já que a partir de 1454 se produziam indulgências papais em larga escala e, sabemos igualmente ter sido movido por Fust a Gutenberg uma acção executiva de penhora em 1455. Embora, McMurtrie admita a possibilidade de ter sido Gutenberg a preparar a obra, parece muito consistente a tese que propõe que a não terá, todavia, concluído, em face dos factos acima referidos.

Em plano concorrente, o pedaço impresso mais antigo que se conhece, data, provavelmente, do triénio compreendido entre 1444-1447. Foi encontrado em 1892 e aparenta ter servido numa encadernação³⁷. “Este precioso pedaço de papel é geralmente conhecido por «Fragmento do Julgamento do Mundo» porque parte do poema que ele contém trata do Juízo Final. [...] Pela posição da marca de água [...] foi possível determinar a sua colocação provável na folha, e pelo texto conhecido do poema completo tem-se julgado que o livro donde se tirou o fragmento era originariamente composto de 37 folhas ou 74 páginas com 28 linhas em cada uma destas” (Idem, *Ibidem*, p. 166). Outros indícios parecem indicar na mesma direcção. Em 1901 encontrou-se um calendário impresso, cujas referências nele contidas levam muitas entidades a reportá-lo a 1448 e, por conseguinte, impresso no final de 1447. E existem ainda três edições da gramática latina de Élio Donato, habitualmente referidas como anteriores a 1458 atendendo aos tipos utilizados, vulgarmente designados de «tipos do Paris Donato» (Idem, *Ibidem*, p. 167).

Pelo exposto, parece por conseguinte, muito razoável acolher-se a tese segundo a qual, não apenas a Bíblia de Gutenberg será a de 36 e não a de 42 linhas, como, de igual modo, terá sido outra, que não a Bíblia, a primeira obra impressa. E, por outro lado, a imprensa, serviu, num período inicial, antes mesmo da produção em larga escala de livros, os propósitos da Igreja na

³⁷ Tal prática era comum no século XV: as impressões de teste, ou as que, mal sucedidas, acabavam muitas vezes como matéria para a encadernação de outras e, daí, muitas das primeiras impressões se terem conservado até aos nossos dias.

empresa da reconquista de Constantinopla, fazendo da indulgência impressa, o primeiro produto da nova invenção.

Indiferentemente das amplas incertezas e das infundáveis controvérsias em torno, não apenas, da descoberta (chamemos-lhe assim) da imprensa, como principalmente dos factos principais que rodearam a misteriosa existência do seu autor, podemos, ao menos, extrair alguns pontos coincidentes. Primeiro, a Humanidade deve, com elevado grau (mas não absoluto) de certeza, a imprensa a Johannes Geisenfleish Gutenberg; segundo, tal descoberta terá ocorrido algures na quarta década do século XV, com grande probabilidade no triénio compreendido entre 1444 e 1447; terceiro, é incontestável a importância deste avanço na transformação das sociedades e na massificação/difusão da cultura, da informação e do conhecimento humanos³⁸.

Tal “invenção” estará aliás, no centro do desenvolvimento do humanismo e do Renascimento artístico em Itália e a sua difusão por toda a Europa, constituindo, juntamente com “os grandes descobrimentos marítimos feitos pelos Portugueses e pelos Espanhóis, cujas consequências se repercutiram, pouco a pouco, na economia do Velho Continente [...] e a reforma religiosa” (Carpentier e Lebrun, 2002: 205), uma das três séries de acontecimentos contribuíram, no decurso do século XV e no início do século XVI, para modificar profundamente os dados da vida na Europa: os grandes descobrimentos marítimos feitos pelos Portugueses e pelos Espanhóis, cujas consequências se repercutiram, pouco a pouco, na economia do Velho Continente; o aparecimento do humanismo e do Renascimento artístico em Itália e a sua difusão por toda a Europa, graças, em especial, à imprensa; e a reforma religiosa, por todos reclamada mas que, por não ter sido iniciada pela Igreja romana, depressa se realizou sem ela e até contra ela, provocando a ruptura da unidade cristã”.

Em idêntico sentido, também McMurtrie (1997:159) assinala que “na história da cultura humana não há acontecimento que tenha a importância do invento da impressão com tipos móveis”. O autor sustenta mesmo que seria necessário um volumoso livro para, mesmo de forma fugaz e condensada reflectir acerca do verdadeiro alcance das implicações decorrentes da técnica desenvolvida por Gutenberg nos mais variados aspectos da vida e actividades humanas, com particular ênfase nos resultados obtidos “[...] na libertação do espírito da humanidade, dos grilhões da ignorância e da superstição”. Também Quintero, (1996:30) sustenta que “a invenção e a rápida difusão na Europa do prelo de caracteres móveis constituiu uma verdadeira revolução”.

³⁸ Atentemos na perspectiva de McLuhan. “A mecanização da arte de escrever foi provavelmente a primeira redução de um trabalho manual em termos mecânicos. É como que dizer que ela traduz o movimento, pela primeira vez, numa série de instantâneos ou de imagens fixas. [...] Vemos que a impressão, primeiro fruto da produção de massa, foi também o primeiro produto de série uniforme e repetível. A cadeia de montagem de caracteres móveis permitiu uma produção uniforme e também iterável como uma experiência científica” (McLuhan, 1977^a:232-233, tradução nossa). E, mais adiante, McLuhan (Idem, *Ibidem*, p. 278-279, tradução nossa) concretiza ainda: “Uma vez encontrada, esta solução do problema da mecanização pôde servir à mecanização de toda a espécie de outras acções. [...] «Esta invenção esteve na origem de numerosas transformações industriais.» A imprensa, que dará origem a todas as mudanças subsequentes, foi ela mesma um verdadeiro feixe, uma galáxia, de técnicas já chegadas à maturidade”.

Na verdade, sem esta contribuição, teria sido com, grande probabilidade, muito mais prolongado e custoso o processo de afirmação e consolidação das línguas e literaturas nacionais, tal como, dificilmente, tanto a Reforma Protestante quanto a Contra-Reforma teriam logrado alcançar semelhante êxito e nível de difusão. Mantendo-nos ainda na pegada de Quintero “a imprensa gerou, além disso, uma nova actividade económica digna de ser levada em consideração, quer no que respeita á produção de matérias-primas, como o papel, quer no que se refere ao comércio do principal dos seus produtos, o livro e, mais tarde, da imprensa periódica”.

McLuhan, (1977^a:174, tradução nossa, aspas no original), vai mais longe, sustentando mesmo que “a diferença entre o homem da impressão e o homem da cultura «escribal³⁹» é quase tão grande quanto aquela que separa os letrados dos analfabetos. Os elementos constitutivos da tecnologia gutenberguiana não eram novos mas a sua reunião, no século XV, produziu uma aceleração da actividade social e pessoal equivalente a uma «descolagem» [...]”⁴⁰. Por outro lado, nota Eisenstein (2005:27), o advento da impressão levou igualmente, no seio da própria “indústria” da impressão à criação de um novo tipo de estrutura oficial. Com efeito, para que a impressão fosse possível, e por causa dela, assistimos a um reagrupamento de diferentes artesãos especializados o que encorajou novas formas de intercâmbios e cruzamentos culturais e profissionais/disciplinares. Sob a égide da nova técnica, reuniam-se num mesmo projecto artesãos (trabalhadores de peles, ferreiros, mecânicos, ilustradores, carpinteiros...), autores (clérigos, poetas, cientistas, intelectuais, políticos...), impressores e livreiros, homens de negócios financiadores das impressões, etc., o que contribuía também para um aumento dos contactos entre actores cujos diferentes papéis, até então, raramente se cruzavam⁴¹.

³⁹ Scribal no original.

⁴⁰ Sigamos ainda McLuhan ainda mais um pouco, ainda que, aqui, apoiando-se em James Frazer: “comparativamente àquele que forneceu a tradição viva, o testemunho dos livros antigos sobre as religiões primitivas não tinha grande valor. A literatura, com efeito, acelerou o progresso do pensamento a um degrau que deixa infinitamente atrás a opinião, que não conhece os lentos progressos permitidos pela tradição oral. Duas ou três gerações de literatura puderam fazer evoluir o pensamento mais do que dois ou três milénios pela via tradicional [...]”, (Frazer, *apud* McLuhan, 1977^a:175, tradução nossa). Vd. também, Eisenstein, 2005:14 e ss..

⁴¹ Permanecendo no trilho proposto por Elizabeth Eisenstein (2005: 28, tradução nossa), a autora prossegue, discorrendo acerca da importância do papel do impressor que aparece como figura de proa em torno de quem todos os assuntos giravam. O impressor era o responsável pela obtenção do financiamento da obra, das matérias-primas e dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, cabia-lhe o desenvolvimento de complexos planos de produção, deveria estimar quantitativamente o mercado para a obra e era ainda o responsável pela formação dos aprendizes. Por outro lado tinha ainda de cuidar que os assuntos administrativos, licenças, impostos, etc. se encontravam em dia, e deveria também descobrir e promover autores e artistas talentosos que lhe pudessem assegurar não apenas lucro, como também prestígio e notoriedade. “Nesses locais onde a sua empresa prosperou e ele conseguiu uma posição de influência entre os indivíduos da cidade, a sua oficina tornou-se um verdadeiro centro cultural atraindo os letrados locais e estrangeiros célebres, fornecendo simultaneamente um local de encontros e um centro de mensagens para uma Comunidade de Conhecimento [Learning Commonwealth, no original] cosmopolita em expansão”.

A Primeira Aldeia Global

Todavia, o efeito mais decisivo resultante do legado de Gutenberg é justamente ao nível da produção e difusão da informação. Nos primeiros séculos da imprensa, deve, contudo, referir-se que, como ensina Eisenstein (2005:46, tradução nossa, apoiando-se em Febvre e Martin), “[...], os textos antigos foram duplicados mais rapidamente que os novos. Nesta base muitas autoridades concluem que «a impressão não acelerou a adopção de novas teorias»”. Em consequência, os livros tornaram-se acessíveis a camadas da população que até então quase não lhes podiam aceder. Passou a ser possível aos estudiosos disporem de bibliotecas individuais e, paralelamente o aumento de exemplares da mesma obra em circulação, operou uma mutação radical no paradigma académico: a glosa⁴² deu lugar à referência cruzada, ao cruzamento de obras e de autores (Eisenstein, 2005:47). Como conclui a autora, “prateleiras de livros mais abundantemente abastecidas, obviamente incrementaram oportunidades para consultar e comparar diferentes textos” (Eisenstein, 2005:48).

Neste contexto, a aceleração que as sociedades humanas conheceram em resultado da descoberta da imprensa é, por muitos, tida como análoga à da invenção da roda, à conhecida aquando do domínio do fogo, ou, deslocando-nos para o campo da comunicação, da geração da escrita. Recordemos, por exemplo, que Anderson (2006:33 e 37) estima que apenas na segunda metade do século XV (ou seja, nos cinquenta anos subsequentes ao aparecimento da nova técnica) tenham sido produzidos mais de vinte milhões de exemplares, número que decuplicou na centúria seguinte. Clapham (*apud* Eisenstein, 2005:15, tradução nossa) converge neste ponto com Anderson, apresentado o caso hipotético de um homem nascido em 1453, o ano da queda de Constantinopla, que, ao comemorar o seu quinquagésimo aniversário, teria sido testemunha da impressão, ao longo da sua vida, de oito milhões de exemplares. “[...] Mais provavelmente do que todos os escribas da Europa tinham produzido desde que Constantino fundara a sua cidade em 330 a. C.”.

⁴² A glosa consiste em anotações ou comentários efectuados na margem dos livros, ou entre as linhas do texto, produzidas pelos académicos medievais com o objectivo de tornar inteligível um pedaço de um texto obscuro.

No diálogo Fedro, Platão, ao relatar o assim, em regra conhecido, mito do deus Thoth⁴³ (ou Theuth), explica justamente isso. O bom deus, inversamente ao que reclamava, não inventara um remédio para a memória e contra o esquecimento. Na verdade, com a invenção da escrita, o que Thoth conseguira havia sido um remédio, não para a memória, antes sim para a rememoração/recordação. Uma vez disponível a escrita, argumentava Platão (embora num registo bem mais crítico do que aquele que aqui empregamos), o homem, ao invés de utilizar a sua memória, torna-se negligente no seu uso, posto que, estando a informação escrita, armazenada num outro suporte que não o da lembrança sempre falível, como que se desresponsabiliza o homem e a sua memória de tão pesado fardo.

São de todos conhecidos, contudo, os espantosos avanços nas sociedades que o desenvolvimento da comunicação, oral, primeiramente, e, num estágio mais tardio, escrita, proporcionaram à civilização humana considerada no seu todo. Por meio do progresso da oralidade, cada homem pôde então passar ao seu semelhante vastas parcelas da informação acumulada ao longo da sua existência, dispensando a geração subsequente de ter de aprender tudo de novo, abrindo espaço a uma, chamemos-lhe assim, acumulação de informação. Doravante, caberá à descendência receber dos antepassados o legado que lhes é transmitido e passá-lo, somando as suas “descobertas”, às gerações vindouras (Figueiredo, 2006: 52-54)⁴⁴.

⁴³ “*Sócrates* – Pois bem: ouvi uma vez contar que, nas regiões de Náucratis, no Egito, houve um velho deus deste país, deus a quem é consagrada a ave que chamam íbis, e a quem chamavam *Thoth*. Dizem que foi ele quem inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, bem como o jogo das damas e dos dados e, finalmente, fica sabendo, os caracteres gráficos (escrita). Nesse tempo, todo o Egito era governado por Tamuz, que residia no sul do país, numa grande cidade que os gregos designam por Tebas do Egito, onde aquele deus era conhecido pelo nome de Ámon. Thoth encontrou-se com o monarca, a quem mostrou as suas artes, dizendo que era necessário dá-las a conhecer a todos os egípcios. Mas o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más. Foram muitas, diz a lenda, as considerações que sobre cada arte Tamuz fez a Thoth, quer condenando, quer elogiando, e seria prolixo enumerar todas aquelas considerações. Mas, quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: «Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita, descobri o remédio para a memória.» - «Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos, não a sabedoria em si mesma mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! Não-de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas matérias e tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros!»” Platão, 2000:120-121 (itálicos no original).

⁴⁴ “A morte já não implica o «voltar à estaca zero». Esta ruptura inaugura toda uma nova e fascinante cadeia de possibilidades. Surge a História ligada à perpetuação do conhecimento e a um conceito de legado cultural. Mais importante, todavia que a transmissão de conhecimentos é a sua acumulação. Acumulação de capital intelectual, técnico, cultural. A partir do momento em que o Homem é capaz de projectar a sua interioridade num suporte exterior, pode comunicar, partilhar esse seu capital com os seus semelhantes. Mais, pode igualmente, trocá-lo. O conhecimento torna-se uma mercadoria imaterial, porém, transaccionável e, por conseguinte, susceptível de, a cada troca, sofrer mutações e combinações evolutivas/performativas” (aspas no original).

Porém, este era um processo que, socorrendo-nos das teses funcionalistas de Luhmann⁴⁵ enfermava de uma limitação capital. A probabilidade de o discurso sobreviver à ausência do sujeito enunciador era virtualmente nula. Apenas indirectamente a informação transmitida poderia atingir outros destinatários que não aqueles que se encontrassem presentes no momento da emissão da mensagem. Ora, num segundo estágio, a comunicação, já não oral, mas sim em suporte escrito, permitia suprir tal lacuna⁴⁶. Resolviam-se, de um golpe, duas questões fundamentais: a sobrevivência da mensagem à ausência do sujeito enunciador e, correlatamente, a sua perpetuação no tempo e, teoricamente, no espaço. Com a escrita instalava-se igualmente uma ideia de memória colectiva e intemporal.

⁴⁵ Acompanhem, portanto, o essencial do raciocínio do próprio Luhmann, posto que, eventualmente, ao longo da presente investigação, as suas pertinentes asserções tenham de ser re-convocadas. Escreve Luhmann: “Uma teoria da comunicação como a que aqui se pretende esboçar implica pois, antes de mais, que a comunicação é improvável. É-o, apesar de diariamente a experimentarmos e a praticarmos e de não podermos viver sem ela. Esta improbabilidade que se tornou quase imperceptível requer uma apreensão prévia e, além disso, um esforço que se poderia classificar como «contra-fenomenológico». [...] Em primeiro lugar, é improvável que alguém compreenda o que o outro quer dizer, tendo em conta o isolamento e a individualização da sua consciência. O sentido só se pode entender em função do contexto, e para cada um o contexto é, basicamente, o que a sua memória lhe faculta. A segunda improbabilidade é a de aceder aos receptores. É improvável que uma comunicação chegue a mais pessoas do que as que se encontram presentes numa situação dada. *O problema assenta na extensão espacial e temporal.* O sistema de interacção dos indivíduos que se encontram presentes em cada caso garante a atenção suficiente para que se produza a comunicação, desintegrando-se quando se comunica de modo perceptível que não se deseja comunicar. Uma vez ultrapassados os limites deste sistema de interacção não podem impor-se (pela força) as regras que dentro dele são válidas. Mesmo quando a comunicação conta com transmissores móveis e permanentes, é improvável que possa encontrar a atenção devida, já que os indivíduos têm diferentes interesses em situações distintas. A terceira improbabilidade é a de obter o resultado desejado. *Nem sequer o facto de que uma comunicação tenha sido entendida garante que tenha sido também aceite.* Por «resultado desejado» entendo o facto de que o receptor adopte o conteúdo selectivo da comunicação (a informação) como premissa do seu próprio comportamento incorporando à selecção novas selecções e elevando assim o grau de selectividade. A aceitação como premissa do próprio comportamento pode significar actuar em virtude de directrizes correspondentes, bem como experimentar, pensar e assimilar novos conhecimentos, supondo que uma determinada informação seja correcta. Estas improbabilidades não são somente obstáculos para que uma comunicação chegue ao destinatário, actuam ao mesmo tempo como «factores de dissuasão», que induzem a abster-se de uma comunicação que se considera utópica. [...] Os sujeitos abster-se-ão de comunicar no momento em que não tenham garantias suficientes de que a sua mensagem vai chegar a outras pessoas, de que vai ser compreendida e de que vai cumprir os seus objectivos. Ora, sem comunicação, não podem formar-se sistemas sociais. Por conseguinte, as improbabilidades do processo de comunicação e [a] forma em que as mesmas se superam e se transformam em probabilidades regulam a formação dos sistemas sociais. Assim, deve entender-se o processo de evolução sociocultural como a transformação e ampliação das possibilidades de estabelecer uma comunicação com probabilidades de êxito, graças à qual a sociedade cria as suas estruturas sociais; e é evidente que não se trata de um mero processo de crescimento, mas de um processo selectivo que determina que tipos de sistemas sociais são viáveis e o que terá de excluir-se devido à sua improbabilidade. As três formas de improbabilidade mencionadas reforçam-se reciprocamente. Não há possibilidade de suprimi-las consecutivamente e convertê-las em probabilidades. A solução de um problema isolado equivale a dificultar na mesma medida a dos outros. Quando uma comunicação foi correctamente entendida dispõe-se de maior número de motivos para a rejeitar. *Se a comunicação transborda o círculo dos presentes, a sua compreensão torna-se mais difícil e é mais fácil, por sua vez, que se produza a rejeição.* [...] *A partir do momento em que a escrita permite levar a comunicação para além do círculo – especial e temporalmente limitado – dos presentes, não é possível continuar a confiar no efeito rapsódico do ritmo da versificação, que só podia arrastar os presentes; é preciso argumentar com o conteúdo em si. Esta lei, segundo a qual as improbabilidades se reforçam mutuamente e as soluções dos problemas num aspecto reduzem as possibilidades de solução noutros, implica que não existe nenhum meio que facilite directamente um progresso constante do entendimento entre os homens. Ao empreender-se esta tarefa, descobre-se que se trata mais de um problema de crescimento, com exigências cada vez mais contraditórias. No sistema dos meios de comunicação modernos de comunicação de massas actua-se, sob a sugestão do funcionamento, como se todos estes problemas estivessem resolvidos.”* Luhmann, 2001:41-45 (aspas no original, itálicos nossos)

⁴⁶ Barthes e Marty (1987:32-33) admitem a tese, apoiando-se para tal em Levy-Strauss e Ginneken, de que este processo de “invenção da escrita” se possa ter baseado num duplo paradoxo: o de que o homem terá sabido ler antes de saber escrever, (ler as marcas de animais, as pegadas, os sinais naturais, traços nos troncos de árvores, marcas nas pedras, etc.) por um lado e, noutra perspectiva, a de que terá conseguido escrever antes mesmo de conseguir falar (pela reprodução mimética dos vestígios encontrados na natureza).

Todavia, como refere Kerckhove (1997:264), só por meio do alfabeto grego, diferente de todos os outros sistemas de escrita no mundo, foi possível desvincular uma mensagem do espaço (aqui entendido em sentido amplo) em que fora produzida. “Com a ortografia alfabética, o texto liberta-se do contexto”. Ora, este tipo de código não impõe ao leitor qualquer ligação com o contexto do que está a ser dito para que a descodificação da mensagem seja possível, permitindo, por isso, que os enunciados possam ser removidos do seu contexto original, e recolocados noutra qualquer local, noutra espaço contextual, não necessária ou directamente relacionado com o anterior. Deste modo, explica Kerckhove “pode-se facilmente decifrar e até ler alto qualquer fiada de alfabética mesmo sem ter a mínima ideia do que se está a dizer, mas não se pode fazer o mesmo em hebraico, árabe, ou com os hieróglifos ou com os ideogramas”⁴⁷.

O público potencialmente recebedor de uma tal mensagem, ainda que a mesma pudesse ser agora codificada num sistema abstracto e largamente ancorado em convenções simbólicas (e, por conseguinte, desligada do ambiente original em que fora produzida) permanecia, ainda assim, imensamente restrito, tanto no tempo, como no espaço, como ainda na sua dimensão subjectiva. Decorrentes de factores naturais ou, mesmo do elemento humano, não raras foram as vezes em que documentos de crucial importância se perderam para todo o sempre. Ora, um dos aspectos fundamentais da revolução comunicacional operada por Gutenberg, reside justamente aí: por um lado, imprimindo-se múltiplas cópias de uma determinada obra decresce substancialmente o risco de perda (e de adulteração e/ou truncagem, visto serem vários os exemplares em circulação, o que coloca dificuldades acrescidas a qualquer tentativa de corrupção); por outro e, muito mais importante, o conhecimento democratiza-se, chegando a um público crescentemente mais numeroso e, portanto, em termos hipotéticos, criam-se as condições necessárias a uma multiplicação exponencial da informação produzida a cada geração e transmitida para a seguinte. Este conhecimento pode agora chegar, com maior facilidade e mais garantias de que não se perderá, a gerações distantes no futuro, posto que, com a imprensa, multiplicando-se o número de exemplares, multiplicam-se igualmente os elementos redundantes no sistema⁴⁸.

⁴⁷ Esta ideia é aliás explorada e aprofundada por William Burroughs. Em *A Revolução Electrónica*, o autor formula uma tese segundo a qual, as línguas ocidentais, devido justamente à sua componente convencional, (isto é, à possibilidade de a coerência e sentido do texto poderem, sem serem afectados de tal modo que fique impossibilitada uma compreensão (qualquer que a mesma seja) da mensagem, sobreviver à ausência do contexto original), constituem um dos mais poderosos instrumentos para manipulação da realidade ao serviço do *establishment*, visando o controlo das massas. Em sentido oposto, Burroughs defende que as línguas orientais, devido justamente ao elevado grau de ancoragem na realidade que serviu de suporte à produção do *texto*, são garantia de uma muito maior fiabilidade/verdade.

⁴⁸ Para tanto, atentemos na definição do conceito de redundância proposta por Shannon e Weaver em Weaver, 1971. Se por um lado é verdade que a redundância é o grau zero da informação, por outro, a redundância do sistema garante a transmissão da mensagem, mesmo em canais entrópicos, i.e., de reduzida fiabilidade.

Há todavia uma terceira dimensão que ainda não exploramos e que constituirá, porventura, elemento central da investigação que nos propomos encetar. A existência de uma técnica capaz de, concomitantemente, tornar viável um conhecimento que dispensa a presença do autor e que perdura muito para lá do seu desaparecimento e, por outro, torna possível o seu acesso de forma massificada a um amplo conjunto de receptores, abrirá caminho a um conjunto de possibilidades extraordinárias: comunidades de leitores, redes de investigadores, partilha de informação, troca de experiências. A informação circula. E circula cada vez mais depressa, em maiores quantidades e, essencialmente, escapa à clausura (também em sentido literal) a que fora vetada no período da Alta Idade Média. O mundo acelera, e diminui. Os povos que, após a desagregação do império romano, se haviam separado, retomam os antigos fluxos. Novas redes nascem. O mundo evolui. E, evolui, reduzindo-se à aldeia global McLuhaniana⁴⁹, acelerando de tal modo, que acaba reduzido, na era da velocidade da luz à imobilidade total, conforme propõe Paul Virilio (1993:29 e ss.) em *A Inércia Polar*.

Como escreve Quintero (1996:30) tendencialmente todos associamos à descoberta da imprensa a produção de livros numa escala massificada. As primeiras obras impressas, tese que constitui a doutrina dominante, versaram essencialmente sobre temas religiosos. Não é de estranhar tal, se tomarmos em linha de conta a imensa influência da Igreja na sociedade da época. Na verdade, durante toda a Idade Média, não negligenciando as exceções já atrás assinaladas, abadias e mosteiros constituíram raros oásis de conhecimento e cultura por entre um vasto deserto de iliteracia. Porém, logo no período subsequente à descoberta do prelo de tipos móveis, a publicação de obras de âmbito literário e de divulgação do pensamento próprio, foi uma realidade⁵⁰. “No entanto, esquece-se frequentemente que além de livros os impressores também produziram, desde o início, folhas soltas e pequenos folhetos ou opúsculos. Estes produtos da nova indústria tinham várias finalidades, mas se alguma deve ser destacada é a de

⁴⁹ “O «tempo» cessou, o «espaço» desapareceu. Nós agora vivemos numa aldeia global...” (McLuhan e Fiore, 2001:63, tradução nossa). Não podiam ser mais oportunas estas breves palavras de Marshall McLuhan, ainda que as mesmas tenham sido produzidas num contexto (conceito central nesta sua obra) diferente daquele que estamos aqui a invocar. Embora, a metáfora da aldeia global, considerada na sua formulação inicial, o tenha sido com referência às tecnologias da instantaneidade, do directo, do tempo real, próprias dos meios de comunicação de massa da segunda metade do século XX, (e na sua contraposição às anteriormente existentes no século XIX), a verdade é que, mantendo-se válidos os pressupostos da metáfora, parece existir um amplo consenso em fixar no período renascentista os antípodas da globalização.

⁵⁰ A este propósito refira-se também, ainda que muito abreviadamente, que, conforme explica Elizabeth Eisenstein (2005:24), nos primeiros tempos das obras impressas (em concreto o período dos incunábulo), os impressores optaram por uma estratégia de continuidade gráfica face ao sistema anterior, ao invés de procederem a uma qualquer revolução. Tal tese é sustentada pela escolha dos próprios tipos de impressão que mantinham um desenho muito similar à caligrafia. Todavia, bem antes do dobrar do século, já se notavam importantes evoluções, nomeadamente as apontadas por Steinberg a que Eisenstein dá eco (Steinberg, apud Eisenstein, 2005:24, tradução nossa, parênteses nossos): “Bem antes de 1500 os impressores tinham começado experiências com o uso de tipos graduados, títulos de página, ...notas de rodapé... tabelas de conteúdos [tradução literal de *tables of contents*, formulação corresponde aos vulgares índices]... algarismos [na parte] superior [da página], referências cruzadas... e outros elementos disponíveis ao compositor”. Analogamente aos avanços nas técnicas de reprodução do texto verificaram-se também, segundo Eisenstein, progressos na multiplicação de imagens (recorrendo-se a pranchas de madeira), quadros e tabelas, fórmulas e equações, etc.

propaganda e informação” (Quintero, 1996:30). Nascia, deste modo, um mercado produtor de informação, no qual as folhas informativas ocasionais conviviam com as notícias manuscritas que já existiam aquando da descoberta da imprensa, e que se manterão ainda durante algum tempo.

Seguindo ainda Alejandro Pizarroso Quintero (1996:31 e ss. e também Cádima, 1996:62) o fenómeno das notícias manuscritas (distinto da correspondência epistolar), independentemente da escala da sua difusão e do seu carácter esporádico, existia já desde a Alta Idade Média. Estes instrumentos de comunicação têm, na perspectiva do autor, forma jornalística, pelo que deverão ser consideradas enquanto tal. Conheceram amplo desenvolvimento a partir do século XIII, beneficiando do próprio incremento comercial, da consolidação da vida urbana, do aparecimento de um público leitor, do estabelecimento dos correios regulares. Antes de desaparecerem, já no século XVIII, conheceram grande incremento ao longo dos séculos XIV e XV, tiveram o apogeu no período quinhentista e conseguiram sobreviver ao aparecimento e implantação das gazetas seiscentistas.

Por todo o lado a indústria noticiosa floresceu neste período, encontrando nas cidades comerciais italianas e, particularmente em Veneza, então o centro informativo por excelência da Europa pré-renascentista, o ambiente adequado à sua proliferação. Como sustenta, Habermas (1981:53, *apud* Cádima 1996:62) “«as grandes cidades comerciais são ao mesmo tempo centros de permuta de notícias [...]. Quase simultaneamente com o aparecimento das bolsas, os contactos e a comunicação tornaram-se permanentes através da institucionalização do correio e da Imprensa»”.

Estas *Lettere d’Avvisi* (Itália), *Nouvelles à la Main* (França), ou ainda, *Geschriebene Zeitungen* (Alemanha), como eram conhecidas, rapidamente conquistaram um público leitor fiel e estável (ainda que algumas tenham mantido o seu âmbito predominantemente privado), o qual conduziria igualmente ao surgimento de uma estabilidade na produção destes boletins noticiosos: a periodicidade. Estes *avvisi*, que em Veneza se transaccionavam pelo preço de uma *gazzette*, rapidamente tomaram a designação da moeda, tendo-se generalizado esta designação. Eram organizados em pequenos fólhos, contendo numerosas notícias, versando sobre vários assuntos, e limitavam-se à descrição dos acontecimentos, indicando a data e o lugar, sem qualquer explicação adicional, e sem incluírem qualquer título.

Concorrendo com estes *avvisi*, surgiram os *impressos ocasionais* (conhecidos em França por *canards*). Divergiam dos primeiros em numerosos aspectos. Em primeiro lugar, porque utilizavam já a nova técnica de impressão, factor que contribuía para a sua divulgação massificada, em claro contraste com os *avvisi* (mesmo aqueles que circulavam livremente). Um outro aspecto incidia sobre o conteúdo: se os *avvisi* reproduziam muitos factos, os ocasionais, cingiam-se a apenas um. Contavam-se entre os mais frequentes as guerras contra os turcos, as

viagens e os descobrimentos e os assuntos locais (milagres, histórias prodigiosas, desastres naturais, factos criminais, a presença na cidade de um príncipe ou nobre).

Quanto à forma, era já evidente algum cuidado na apresentação: surgem os títulos e as xilogravuras. Paralelamente os ocasionais são compostos de duas ou quatro folhas, dobradas ao meio, formando um “caderno” de quatro ou oito páginas. Embora raras, são conhecidas edições com número superior de páginas. Ademais eram frequentes as reimpressões de cidade para cidade, bem como as traduções. Uma outra idiossincrasia própria destes ocasionais residia no facto de, ao invés das *lettere d'avvisi*, existir aqui frequentemente uma intenção de propaganda e/ou manipulação, ao serviço do poder: fosse na exaltação de vitórias militares, ou na descrição de atrocidades cometidas por um inimigo. Este facto pode explicar-se com a necessidade de obtenção, por parte do impressor, de um privilégio real para a impressão, notando-se, por conseguinte, logo desde os primeiros tempos, uma tendência para o controlo, pelas instâncias do poder (que cedo perceberam não apenas as potencialidades da nova técnica, como, principal e rapidamente intuíram os perigos dela emergentes para o equilíbrio e manutenção da ordem estabelecida), do género e do sentido da informação em circulação. Além dos privilégios reais, outra forma de censura muito comum residia na elaboração de índices de livros proibidos (prática que se vulgarizou um pouco por toda a Europa ainda no primeiro quartel do século XV – Carlos V tomou uma iniciativa nesse sentido em 1521) e, sobretudo, na própria actividade desenvolvida pelo Santo Ofício⁵¹.

Todavia, a diferença mais saliente, entre os boletins manuscritos e os impressos, resultava do facto destes últimos serem produzidos pelos impressores, que terão sido, também, os primeiros jornalistas (editores?) modernos. O passo seguinte visou a instituição da periodicidade.

Embora as gazetas seiscentistas ainda se encontrassem à distância de quase um século, e os diários apenas viessem a surgir em meados do século XVIII, a verdade é que desde há muito existiam publicações de carácter periódico, ainda que não de teor jornalístico: referimo-nos em concreto aos calendários e almanaques, que, inclusive, Gutenberg terá imprimido logo na alvorada da imprensa. Os primeiros, embora se tenham perdido, terão sido impressos em Mainz em 1448.

Na transição do século XVI para o XVII encontramos, em França e na Alemanha, os primeiros periódicos de cariz claramente informativo, com periodicidade anual, e que resumiam os principais eventos do ano. De entre estes destacamos o *Mercure Français*. Outras

⁵¹ “A partir de 1479, o Papado ocupou-se da impressão. O papa Bórgia, Alexandre VI (1492-1503) condenou à pena de excomunhão, em vários éditos, os impressores que publicassem livros sem prévia autorização eclesiástica. Uma bula de Leão X, de 1515, estabeleceu que todos os textos escritos, antes de serem impressos, tinham de ser examinados pelos bispos e pela inquisição. Em 1557, Paulo IV fez o Santo Ofício publicar o primeiro Índice de livros proibidos” (Quintero, 1996: 46).

publicações, igualmente periódicas, ainda que de frequência diversa, podem ser encontradas nesta época. Em sentido estrito, publicações, de âmbito jornalístico, e com uma periodicidade definida, são as que encontramos, um pouco por toda a Europa, a partir da terceira década do século XVII. O modelo era então o da *Gazette* semanal (interregno de publicação que seguia também a intermitência dos correios que era, à data, essa) de Théophraste Renaudot, publicada em Paris, a partir de 1631. Saliente-se que, nas palavras de Quintero, (1996: 48-49), a *Gazette* de Renaudot, não foi, nem sequer em França, a primeira publicação com regularidade definida⁵².

Com o advento da Imprensa (em sentido estrito) a burguesia passava a dispor de um instrumento para dar a conhecer as suas ordens e disposições assim se convertendo, nas palavras de Cádima (1996:72), os destinatários destas mensagens em público. A noção de público, a que regressaremos, atendendo à sua dimensão central nos problemas de que nos ocupamos, encontramos-a já em Platão que, na República, considerava ser a cidade ideal aquela, cuja população, não ultrapassasse o número de cidadãos que seria possível reunir, em torno de um orador, num único espaço, de molde a que este se pudesse fazer escutar por todos. E, numa perspectiva diferente, surge também, bem presente, nos autores do século XIV, especialmente em Boccaccio que “[...] convicto de que só seria lido se tomasse a iniciativa de divulgar ele próprio a sua obra [...]” (Cádima, 1996:66) escreverá várias cartas a um amigo bem relacionado, acompanhadas de um exemplar de luxo do seu mais recente trabalho, no sentido de que este possa, através dos seus contactos ajudar na divulgação da obra.

A emergência de um espaço público na Europa, mesmo que enfraquecido pela divisão linguística que se instalava à escala continental, por força do fenómeno do triunfo das línguas vulgares sobre a uniformização do latim (a que regressaremos), constituir-se-ia, ainda assim, como veículo privilegiado de divulgação dos projectos de pacificação e união política propostos por inúmeros pensadores dos séculos seguintes, os quais retomaremos em seguida.

⁵² Atentemos nas palavras de Quintero (1996:49): “Mas no terreno da imprensa periódica semanal os territórios pioneiros na Europa foram os Países Baixos e a Alemanha. Em 1605, os arquiducos Alberto e Isabel, que governavam em nome do Rei de Espanha os Países Baixos católicos, concederam privilégio ao impressor Abraham Vervhoeven para publicar todas as «notícias recentes, as vitórias, assédios e conquistas de cidades que os referidos príncipes tivessem ou ganhassem na Holanda»”. Quintero, (Idem, *Ibidem*, p. 50) enumera ainda uma extensa lista de publicações, jornalísticas, semanais aparecidas ao longo das duas primeiras décadas do século XVII e, por conseguinte, bem antes da gazeta parisiense.

A Ideia de Europa no Renascimento e Modernidade

A perda da unidade linguística

A distância entre a Idade Média e o Renascimento escreve Cádima, (1996:64-65), apoiando-se para tal em Michel de Certeau, poderia ser aferida pelo que separa o copista antigo do tradutor moderno. Na verdade, por meio da tipografia, é encetado um duplo trabalho: de cópia e conservação de toda uma cultura quase esquecida e, por outro lado, de tradução dessas mesmas obras para as línguas nacionais. Após a contribuição de Gutenberg, uma verdadeira revolução, à escala continental, que condicionou todos os domínios do conhecimento, tem lugar. Neste processo, o livro não lhe serve apenas de elemento multiplicador mas, agita igualmente as condições para uma transformação cultural que ele, livro, junto com as demais formas de produção e disseminação de informação, parece dirigir e organizar a partir do seu núcleo mais essencial. Neste processo, a instituição universitária ocupa lugar de amplo destaque e as oficinas de tipografia servem-lhe de indispensável suporte logístico.

O período renascentista é igualmente marcado, no plano político, que ora recuperamos, pelo reforço das identidades nacionais, bem como por um incremento dos antagonismos entre reinos. Tal representará necessariamente um espartilhar cada vez mais evidente da matriz cultural herdada da era romana e, por conseguinte, um progressivo esvaziamento de uma certa ideia de Europa. Esta tendência é facilmente discernível segundo Pérez-Bustamante e Colsa (2004:17) uma vez que “o nome Europa deixou de utilizar-se nos textos medievais na altura da génese dos grandes Estados-Nação – Inglaterra, França, Portugal, Hungria – e quando começa a disputar-se a hegemonia do continente”⁵³. O novo enquadramento político-económico decorre das profundas alterações introduzidas pelo pensamento da renascença em todos os domínios da actividade humana sendo que “[...] a partir do Renascimento foi abandonada esta tentativa de conciliação entre o conhecimento racional e a fé, passando a filosofia económica a desenvolver-se à margem do cristianismo e por vezes contra os seus valores tradicionais” (Nunes, 2006:13)⁵⁴.

⁵³ Ver igualmente Soulier, 1997:39 “As lentas transformações que se operam nos últimos séculos da Idade Média tornam-se, subitamente, visíveis no momento do Renascimento. A homogeneidade relativa da Europa medieval, baseada numa mesma religião (a ponto de os termos de Europa e de Cristandade serem empregados de maneira equivalente no Ocidente) e na generalidade do sistema feudal, começou, na realidade, a romper-se a partir do século XI. A unidade cristã fractura-se em dois tempos, seguindo linhas diferentes, para formar três subconjuntos confessionais relativamente bem determinados no plano geográfico. A diferenciação política seguiu, pelo seu lado, um ritmo mais progressivo: a sociedade política passa do sistema da feudalidade ao dos Estados modernos, em três ou quatro séculos. Os dois movimentos juntam-se, no tempo, na época do Renascimento. É nessa altura que a Europa moderna aparece sob múltiplos rostos. Para esquematizar, poderia dizer-se que a unidade religiosa se quebra numa Europa dos cristianismos, ao passo que *a Europa feudal dá lugar à Europa dos Estados soberanos e rivais*” (itálico nosso).

⁵⁴ Neste contexto, sustenta ainda Nunes (2006:33) e uma vez “desfeito o sonho medieval de fazer da Cristandade uma potência política, qual novo Sacro-Império Romano-Germânico, *a política passou a ter como objectivo assegurar a*

Em idêntica direcção, encontramos também aqui o nascimento daquilo que Anderson (2006:5-6, tradução nossa) conceitua como comunidade política imaginada; e imaginada porquanto simultânea e inerentemente limitada e soberana. “É imaginada, – escreve o autor – porque os membros, mesmo da mais pequena nação nunca conhecerão, encontrarão, ou mesmo ouvirão falar acerca da maioria dos seus concidadãos”⁵⁵. E acrescenta, socorrendo-se de Ernst Renan que “a essência de uma nação é que todos os cidadãos possuam muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido essas coisas” (Renan, *apud*, Anderson, 2006:6).

Ora, uma nação, não é uma mera agregação de indivíduos. É substancial e materialmente mais. Uma nação é primeiro que tudo uma comunidade, como bem notou Anderson (2006). Uma comunidade com a qual os sujeitos se identificam e, a partir da qual rejeitam a identificação com as demais comunidades que se estabelecem para lá dos limites fronteiriços da sua própria. À ideia de comunidade pressupõe, como sustenta Silveirinha (2004:59), desde logo, um dentro e um fora, um pertencer e um não pertencer, um partilhar e um não partilhar, um comungar e um não comungar, um identificar e um não-identificar, um interior e um exterior...⁵⁶ Entre estas

sobrevivência, a expansão, a riqueza e o poderio de cada um dos novos estados. E era corrente a ideia de que este objectivo se poderia conseguir não só pelo reforço do poderio económico de cada país mas também (e porventura mais facilmente) pela via do enfraquecimento económico e político dos países vizinhos. Considerando-se fixada a quantidade de recursos disponíveis à escala mundial, concluía-se que um país só poderia enriquecer à custa de outro e admitia-se que a própria sobrevivência de um estado dependia de este ser capaz de assegurar o seu desenvolvimento económico e a sua riqueza mais rapidamente que o seu vizinho (e rival).” (itálico nosso). Esta doutrina económica de forte tendência mercantilista (cujo fim último visava o entesouramento de metais preciosos – ouro e prata – adquiridos por meio de uma balança comercial externa fortemente excedentária) influenciou e condicionou decisivamente a acção política e comercial da maioria dos estados europeus entre século XVI e XVIII. Tal linha decorre, segundo Carpentier e Lebrun (2002:205), do facto de que “a Europa sofria, desde o século XIV, de uma crónica escassez de metais preciosos que a reconstrução posterior a 1450 só serviu para agravar”, constrangimento que, com grande probabilidade, estará na origem do surgimento de tais concepções ideológicas, às quais não serão igualmente alheios problemas de índole idêntica sentidos nas derradeiras décadas do Império Romano no Ocidente e que, de algum modo poderão ter precipitado a queda de Roma.

⁵⁵ A nação é imaginada como limitada, visto que, mesmo as maiores de entre elas, compreendendo, por exemplo, mais de mil milhões de indivíduos conservam, ainda assim, fronteiras limitadas, para lá das quais existem outras. Nenhuma nação, ou sequer os mais messiânicos nacionalistas, confundem ou aspiram a que a sua comunidade possa acolher, isto é, confundir-se com a totalidade da Humanidade. Mas é ainda imaginada como soberana na medida em que este conceito nasceu numa época em que o iluminismo e as revoluções (liberais) destruíam a legitimidade de um mundo pré-ordenado segundo os cânones da divindade e hierarquizado por uma realeza dinástica. E, apenas no seio de um estado soberano, seria possível a concretização da liberdade individual a que todos aspiravam. Por fim, esta é ainda imaginada enquanto comunidade, uma vez que, independentemente da real desigualdade e exploração que possa existir em cada uma, a nação é, apesar de tudo concebida como uma profunda, embora horizontal, camaradagem. Em última instância será esta fraternidade que tornará possíveis que tantos milhões de pessoas, mais do que matar se tivessem disponibilizado para morrer por tais limites imaginados. Não obstante esta última consideração que lemos em Anderson (2006:6-7), o autor não subscreve a tese de Gellner (*apud* Anderson, 2006:6, tradução nossa, itálico no original) segundo o qual “o nacionalismo não é o acordar das nações para a auto-consciência: ele *inventa* nações onde elas não existem. Anderson contesta esta visão simultaneamente redutora e radical de Gellner, encerrada no conceito de invenção, o qual remete para ‘fabricação’ e ‘falsidade’, sendo bem mais consentâneas com a realidade, as formulações alternativas ‘imaginação’ e ‘criação’. Neste segundo caso já será possível admitir-se a existência de ‘verdadeiras’ comunidades benéficamente justapostas às nações. Na verdade, postula Anderson, todas as comunidades maiores do que as aldeias primordiais, baseadas num contacto face a face entre os indivíduos, são imaginadas e, não é seguro que mesmo estas não o sejam igualmente. Assim, conclui o autor (*Idem, Ibidem*, p. 6) que as “comunidades deverão ser distinguidas, não pela sua falsidade/genuinidade, mas pelo estilo no qual elas são imaginadas.

⁵⁶ “A comunidade sugere que os que estão no seu interior têm algo de semelhante entre si e de diferente dos outros, pelo que implica tanto semelhança, como diferença”, tanto integração, como exclusão. “Desta forma, cria um laço

realidades, de molde a que as mesmas possam existir, terá de existir, fisicamente delimitada ou não, uma fronteira, à qual cabe separar o dentro do fora, o interior do exterior. É justamente este fenómeno que emerge no quadro do Renascimento, ainda que, apenas se torne manifesto bem mais tarde. Não adiantaremos para já mais do que estas breves notas, posto que, a este problema regressaremos adiante.

Um desses laços geralmente esquecido mas que constitui um dos elementos integrantes do núcleo de qualquer nação diz respeito à partilha de um mesmo sistema de comunicação e de codificação da realidade: a língua. Se é verdade que um dos maiores patrimónios da Europa (aqui entendido num sentido atemporal) é justamente a sua imensa riqueza cultural, a qual assenta essencialmente sobre uma multiplicidade linguística, não é menos verdade que esse se constitui, simultaneamente, na actualidade, como um dos mais determinantes entraves ao avanço e “conclusão” do projecto europeu: ninguém está disposto a prescindir da *sua* língua em favor de qualquer *outra*. Falta-nos, acima de tudo, essa dimensão linguística uniformizadora, não necessariamente redutora, que se assume como um dos elementos chave no sucesso de integração dos Estados Unidos da América. Falta-nos, quiçá, uma língua supranacional.

À imprensa cabe o mérito de ter multiplicado exponencialmente a informação em circulação. Paralelamente, a nova técnica acentuou decisivamente uma tendência que se verificava desde o processo de laicização da cultura, à que já aludimos: a consolidação das línguas nacionais em detrimento do latim.

Como lembra Anderson (2006:18-19, tradução nossa), por volta de 1500, o latim era ainda o idioma privilegiado dos livros impressos, com quase oitenta por cento das publicações a serem nesta língua. Porém, a tendência rapidamente se inverteu. “Se das 88 edições impressas em Paris em 1501 todas, menos 8, o foram em latim, depois de 1575 a maioria era sempre em francês. Apesar de um revés temporário durante a Contra-reforma, a hegemonia do latim estava condenada. [...] Algures mais tarde, mas com não menos estonteante velocidade, o latim deixou de ser a língua de uma elite camada intelectual pan-europeia. [...] «*Depois de 1640*, – prossegue Anderson, escudando-se em Bloch (Bloch, *apud* Anderson 2006:18-19, tradução nossa) – *com menos e menos livros saídos em latim, e mais e mais nas línguas vernaculares, a publicação deixava de ser uma empresa internacional.*» Numa palavra, a queda do latim exemplificou um

interno e exclui os outros, estabelecendo entre «nós» e os «outros» uma fronteira marcada em termos simbólicos. A fronteira é o lugar onde a comunidade termina e os outros começam. A própria consciência de comunidade está contida na sua percepção e reconhecimento, sendo aí que a comunidade é definida. O meio de expressão, bem como da percepção dessa fronteira são os símbolos. [...] Uma comunidade e, portanto, o sentimento de pertença e unidade política, é construído pelo uso dos símbolos, que não são apenas símbolos, mas que permitem ao sujeito estabelecer parte do significado. Por isso, uma comunidade, partilha símbolos como a linguagem ou comportamentos, mas não necessariamente da mesma forma. Cada um dos membros fornece a sua própria interpretação do símbolo quando este é usado” (Silveirinha, 2004:59).

processo mais amplo, no qual as comunidades sagradas, integradas à custa de línguas sagradas antigas foram progressivamente fragmentadas, pluralizadas e territorializadas”⁵⁷.

Sigamos ainda, a este respeito, McLuhan (1977^b:359-360 e 413, tradução nossa) que propõe o estranho paradoxo, segundo o qual, a imprensa efectuou uma purificação do latim ao ponto de o fazer desaparecer. “Aplicada às línguas vulgares, a impressão criou os mass media, o que não surpreende, visto que a tipografia foi a primeira forma de produção de massa. Para o latim, pelo contrário, a tipografia foi uma catástrofe”, pois que, os tratados dos humanistas italianos dos séculos XV e XVI, ao recuperarem os antigos escritos romanos, fizeram, na perspectiva de Febvre e Martin (tese acolhida por McLuhan), do latim uma língua morta. Em sentido inverso, pela sua natureza “mecânica”, a tipografia desencadeou um processo de regulação ao nível das línguas vulgares, contribuindo, por conseguinte, para a estabilização das mesmas. Convocando de novo os trabalhos de Febvre e Martin, McLuhan (1977^b:416, tradução nossa) destaca o “[...] papel essencial da imprensa na formação e na fixação das línguas vulgares. [visto que] a cultura do manuscrito não tinha o poder de fixar as línguas ou de transformar uma língua vulgar num mass media de unificação nacional”. E se, recordando o que atrás foi exposto, a língua pode ser (leia-se, é) um elemento de coerência e de coesão nacional, reforçando os laços entre os participantes do sistema, por outro lado, ela acentua as diferenças para os que dela não comungam, contribuindo para uma crescente exclusão do *outro*. Temos pois que, a imprensa, representa um estranho paradoxo: por um lado, acelera o mundo e diminui as *distâncias* entre os homens, ao deitar por terra as muralhas que, desde a Idade Média, constroem o acesso e a circulação da informação. Noutra sentido, no lugar onde outrora se erguiam as barreiras medievais, a nova técnica fomentou o aparecimento de um fosso gigantesco entre as diferentes comunidades, o qual cresceu num ritmo paralelo ao da consolidação das línguas nacionais.

Os novos equilíbrios políticos no território europeu

O Renascimento é, por conseguinte, marcado, no domínio que vem merecendo a nossa atenção, por duas moções diametralmente antagónicas: uma primeira, de tendência fragmentária que acima expusemos, e subscrita por Maquiavel em *O Príncipe*⁵⁸, mas seguida igualmente por

⁵⁷ Elizabeth Eisenstein (2005:5-6, tradução nossa) parece não partilhar do raciocínio de Anderson. Afirma a autora que uma coisa é, como já vimos acima, demonstrar, a partir da impressão, o aumento da circulação de livros. Outra é mostrar como tal influenciou as elites letradas e, outra ainda, é ligar a produção de livros em série às alterações que foram experienciadas ao nível das leis, das línguas e dos próprios textos, mesmo tendo em atenção os esforços de investigação que têm sido desenvolvidos ao redor desta problemática. “Os problemas colocados por alguns dos efeitos mais indirectos produzidos pela transição do escrito para o impresso, provavelmente, nunca serão inteiramente esclarecidos”.

⁵⁸ Logo no Capítulo I, intitulado “Que tipos de principados há e de que modo se adquirem”, Nicolau Maquiavel explica que “todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, onde o príncipe é há muito tempo da mesma linhagem, ou então são

Jean Bodin, a qual parece apontar, no entender de Pérez-Bustamante e Colsa (2004:18) no sentido da legitimação e mesmo incremento do poder dos soberanos. Em sentido inverso, vão as propostas de Erasmo de Roterdão, “holandês de nascimento e estabelecido em Bruxelas, em Paris, na Inglaterra e na Suíça, viajante pela Itália e pela Alemanha, e sobre o qual é dito que se ele tinha uma pátria esta era a Europa, tendo sido qualificado como «o primeiro europeu». Nalgumas das suas obras Erasmo, vislumbra a ideia dum poder supranacional e dum equilíbrio mais ou menos federativo das potências Europeias” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:18, aspas no original), projecto que, volvidos alguns anos e sob a hegemonia dos Habsburgos, mais concretamente por intermédio de Carlos V, de algum modo se viria a concretizar numa tentativa de reunificação da Europa, realizando a monarquia universal e cristã preconizada pelo próprio Erasmo⁵⁹.

Seria todavia, com a excepção apresentada e no campo político, a doutrina de Maquiavel⁶⁰ que mais inspiração terá gerado nos políticos europeus⁶¹, pelo que, ao longo dos séculos XVI e especialmente XVII as rivalidades uma vez mais irão mergulhar o Velho Continente nas trevas da devastação e aniquilamento. Após mais cinco décadas que opuseram de novo franceses a ingleses, mas que envolveram igualmente alemães, austríacos, húngaros, polacos, italianos, holandeses, turcos, espanhóis, em duros e intermináveis conflitos, que se estenderam à quase totalidade do território europeu e acabariam por uma vez mais alterar o mapa político do continente, foi em Vestefália⁶² que os representantes das várias nações beligerantes acertaram uma paz, ainda assim não total. Conforme sublinham Carpentier e Lebrun (2002:228) “os tratados de Vestefália, recebidos com alívio numa Alemanha esgotada e devastada por trinta anos de

novos. Os novos, ou são inteiramente novos, como foi o caso de Milão para Francesco Sforza, ou são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles para o rei de Espanha. Os domínios assim adquiridos habituaram-se a viver sob um príncipe ou estão habituados a ser livres; e são adquiridos ou pelas armas próprias ou de outros, ou por fortuna, ou por *virtù*.” Maquiavel, 2003:21. (itálico no original)

⁵⁹ Vejam-se Carpentier e Lebrun, 2004:217-219; Pérez-Bustamante e Colsa 2004:18; Wright, 1982^a: 108 e ss.; Roberts, 1997^b:80 e ss.; Pires, 1992:90.

⁶⁰ Exposta ao longo de *O Príncipe*, a sua obra mais conhecida.

⁶¹ Tese que partilhamos com Adriano Moreira (2004).

⁶² Os Tratados de Vestefália constituem um dos marcos mais importantes da afirmação dos Estados-Nação, uma vez que são vários os autores defensores da premissa de que foi com a Paz de Vestefália que se instituiu o Direito Internacional Público e, por conseguinte, se afirmou a independência dos Estados-Nação face à supra-nacionalidade até então vigente. Atentemos nas palavras de Gouveia (2008: 109-110): “A data que tem sido tradicional para a inauguração do Direito Internacional – se é que é possível fazê-lo, não esquecendo o que isso tem de artificial – é a formalização do fim da Guerra dos 30 Anos, plasmada na Paz de Westefália, celebrada em 24 de Outubro de 1648, e que se consubstanciaria em dois tratados: o Tratado de Osnabrück e o Tratado de Münster. A vitória coube à França, à Inglaterra e à Holanda, tendo sido derrotados o Sacro-Império, a Santa Sé e os Estados peninsulares.

Por que razão se indica esta data para o início do Direito Internacional, segundo uma aceção moderna? Isso explica-se por ter sido com estes tratados que pela primeira vez se reconheceu, no plano internacional, a afirmação da igualdade formal dos Estados, extinta a influência das estruturas supra-estaduais, tanto espirituais, como temporais. A Paz de Westefália foi mesmo, para alguns, a primeira “Carta Constitucional da Europa”, lançando os primeiros elementos de um Direito Público Europeu.

A partir de então os Estados são chamados à convivência internacional por si próprios, no exercício da sua soberania – interna e externa – e não mais se aceitando aquele condicionamento nas respectivas relações internacionais.” Ver ainda Wright, 1982^c:50 e ss.; Navarro, 2005^e:21 e ss. e Moreira, 2004:97.

guerra impiedosa, nem por isso trouxeram a paz generalizada à Europa: a guerra entre a França e a Inglaterra continuava e os problemas do Norte da Europa mantinham-se sem solução”.

Por outro lado, a consequência mais importante emergente da Paz de Vestefália terá sido justamente o reforço das identidades nacionais. Os interesses particulares adquiriram centralidade capital no novo arranjo político que então se desenhara, impondo-se a todos os poderes supra-estaduais e, por conseguinte, derrubando as derradeiras referências/influências comunitárias ainda sobreviventes da romanização: “A nova ordem europeia baseava-se no reconhecimento da igualdade soberana e da independência recíproca dos Estados, na equiparação para efeitos de relações internacionais, dos Estados monárquicos, e republicanos, e na independência de todos relativamente à Santa Sé”⁶³.

Definitivamente enfraquecidas por força das próprias convulsões internas, a que se seguiu a cisão e mesmo superadas as referências identitárias comuns, que o árbitro supra-estadual conseguia mobilizar junto dos diferentes Estados, o fosso de antagonismos entre as diferentes nações não mais cessou de aumentar, concorrendo de forma decisiva para uma cada vez maior fragmentação do mapa político do continente, conforme relatam Carpentier e Lebrun (2002:229-230)

“A Europa de 1660 era, deste modo, politicamente muito diferente da de 1560 ou 1600. A Casa de Áustria já não era um perigo para a paz europeia. Os Habsburgos de Viena, desviados da Alemanha, orientavam-se para a constituição de um vasto Estado dinástico centrado na Áustria e na Boémia, com eixo no Danúbio e capaz de crescer para leste à custa dos Turcos. A Espanha, enfraquecida e amputada já se não contava entre as potências de primeira plana. A Inglaterra, saída do isolamento em que havia ficado a seguir à guerra civil (1642-1648), à execução do rei Carlos I (1649), à república de Cromwell (1649-1659), e à restauração de Carlos II, as Províncias Unidas, independentes e aumentadas, a Suécia, dominadora do Báltico, eram já grandes potências que uma comum vocação marítima fazia concorrer entre si. O facto essencial era, todavia, a situação de preponderância adquirida pela França. O reino que Mazarino deixara, ao morrer, ao jovem Luís XIV (1661) não só era mais vasto e mais bem defendido como dispunha de uma clientela em que se contavam quase todos os países europeus. De resto, o prestígio intelectual e artístico da França não cessava de crescer. Começara a era da preponderância francesa na Europa.”

Este período de aparente hegemonia francesa (interrompida a partir de 1740 por uma certa preponderância inglesa, sobretudo naval no aspecto militar e industrial/comercial no campo económico), subsequente à Paz de Vestefália, não corresponde a um tempo de abrandamento bélico ou de tréguas absolutas entre os Estados tradicionalmente rivais. Disso são testemunho as inúmeras guerras mantidas na época, bem como o permanente forjar de alianças (para logo se extinguirem e refazerem em configurações sucessivamente diferentes), que varreram a Europa

⁶³ Cunha e Pereira, *apud* Gouveia, 2008:109.

no século e meio que se seguiu ao epílogo da Guerra dos 30 Anos e que conduziu à Revolução Francesa⁶⁴.

⁶⁴ Cf. Carpentier e Lebrun 2002:233 e ss.; Roberts, 1997^b:87 e ss.; Wright, 1982^c:60 e ss..

Arqueogenealogia do projecto europeu: o prenúncio da tragédia

Os primeiros esforços visando, subseqüentemente à desarticulação derradeira das estruturas ainda vigentes do Império Romano do Ocidente, uma re-aproximação à escala continental surgem, um pouco contra corrente, no ocaso da Idade Média, num tempo em que o sentimento dominante caminhava, segundo Pérez-Bustamante e Colsa (2004:17), na direcção oposta, mais concretamente, para um crescente reforço das soberanias nacionais, caindo inclusivamente em desuso a designação Europa. Todavia,

[...] a chegada dos mongoles (sic), primeiro, e principalmente dos turcos, vai modificar todo o equilíbrio político dos reinos e principados da Europa oriental, criando um profundo sentimento de incerteza, quase comparável à originada pelo desaparecimento do Império Romano a Ocidente.

Assim, surgiram algumas vozes que lembraram o nome de Europa como um ideal de unidade das nações ou dos reinos cristãos perante as ameaças externas.

Frederico II fala abertamente da Europa Imperial e o próprio Dante Alighieri⁶⁵ utiliza repetidamente este termo. Aliás, Dante mostra-se como um verdadeiro nostálgico da unidade cristã e, por isso, propõe que os soberanos aceitem um sistema de arbitragem nas suas disputas, representado pelo Papa”.

No período do Renascimento é, conforme foi já anteriormente assinalado, Erasmo de Roterdão a figura maior de um certo sentimento de unidade europeia, ideia que não logrou inverter as tendências nacionalistas e belicistas emergentes e que se acentuarão na modernidade. Todavia, ao longo do século XVII não deixarão de aparecer ilustres filósofos apadrinhando a ideia uma Europa que caminhasse em sentido divergente daquele que então se trilhava. Assim, Emeric Crucé⁶⁶ proporá a “criação duma Assembleia ou Senado permanente de Estados sedeadas em Veneza, «onde todos os Soberanos tenham permanentemente

⁶⁵ “É na época em que Filipe o Belo desafia o papa e o imperador que Dante escreve o *De Monarchia* (1308): «Ó género humano, com que lutas e querelas, com que naufrágios deves ser agitada! Tornaste-te um monstro de múltiplas cabeças e não te perdes em esforços contraditórios.» Dante, nostálgico da unidade cristã, propõe, pelo menos, que os soberanos aceitem entre si um sistema de arbitragem: «Entre dois príncipes, dos quais um não está submetido ao outro, pode elevar-se um litígio (...). Portanto, entre eles é preciso um julgamento. Visto que um não pode examinar a causa do outro (cada um deles sendo independente e um igual não tendo sobre o seu igual nenhum poder), deve existir um terceiro príncipe, de uma jurisdição ampla e que tenha os dois príncipes precedentes sob o seu poder. Esse príncipe será o monarca...» Este monarca universal teria, pois, por função primordial resolver os diferendos entre os soberanos exercendo a arbitragem. Esta ideia de arbitragem está no centro de inúmeros projectos posteriores; pode, mesmo, dizer-se que nenhum plano visando a manutenção da paz poderia ignorá-la. «A guerra é a recusa da arbitragem», dirá, ainda, Édouard Herriot seis séculos mais tarde. Soulier, 1997:233. Vd. igualmente Silva, 2003:71-72 e Soares 2005:81.

⁶⁶ Monge, político e escritor francês, professor de matemática e frade do Colégio de Paris (1590-1648), contemporâneo de Luís XIII, é conhecido pela autoria da obra de 1623, “O Novo Cineas, ou Discurso do Estado a representar e meios de estabelecer uma paz geral e a liberdade de comércio para todo o mundo. Aos Monarcas e aos Príncipes Soberanos deste tempo”, um tratado pioneiro sobre relações internacionais. Cf. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/144554/Emeric-Cruce>.

embaixadas, para que todos os diferendos possam ser julgados pela Assembleia»⁶⁷ (Crucé, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:19). Paralelamente, nesta mesma obra (*O Novo Cineas, ou Discurso do Estado a representar e meios de estabelecer uma paz geral e a liberdade de comércio para todo o mundo. Aos Monarcas e aos Príncipes Soberanos deste tempo*), publicada em 1623 (em plena Guerra dos 30 Anos, portanto), o autor proporá a criação de uma federação internacional assente no relacionamento pacífico entre todos os povos, a qual dependeria de uma Assembleia integrada por representantes de todos os príncipes Europeus. Escreve o autor: “que prazer seria ver os homens circularerem de um lugar para outro livremente, e comunicarem entre si sem nenhum preconceito de país, de cerimonial, e de outras coisas parecidas, como se a terra fosse, como é verdadeiramente, uma cidade comum a todos”⁶⁸ (Crucé, *apud* Soares, 2005:81).

Em idêntico sentido, embora com maior mediatismo, o qual decorre também das responsabilidades ocupadas, surgem as propostas do Duque de Sully⁶⁹ que tinham como propósito a concepção de uma Europa formada por quinze estados, investida de poderes amplos executivos que se sobrepunham às soberanias estaduais, limitando-as fortemente. Este projecto de inspiração confederalista seria tutelada por um Conselho da Europa o qual seria, por seu turno, composto por seis Conselhos Provinciais e um Conselho Geral. “As competências deste Conselho teriam a ver com a liberdade de comércio através da supressão das taxas alfandegárias e com a implementação da paz como objectivos principais, assim como com a defesa da Europa de leste perante a ameaça turca, através da arbitragem e do consenso europeu”⁷⁰ (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:19-20). No fundo, prosseguem os autores, de um modo geral, não apenas o projecto ensaiado pelo Duque de Sully, como outros contemporâneos, demonstram uma preocupação crescente entre os intelectuais europeus no sentido de ser obtido um equilíbrio entre as diferentes potências em acesa disputa pelo protagonismo continental e mundial, com vista a garantir a segurança da Europa Ocidental ante o poder emergente do Império Otomano.

⁶⁷ Ver igualmente Moreira, 2004:98. “O seu objectivo é a paz universal. Por isso a ideia de cruzada se encontra ausente do seu pensamento. Todos os povos, incluindo os Turcos, devem ser admitidos no convívio internacional pacífico. O comércio e o trabalho serão as fontes de enriquecimento dos Estados, e não a guerra. A Terra deve ser considerada como uma cidade comum a todos. Combate todas as formas de guerra e recusa-se a admitir que delas possam advir honra ou proveito. Verdadeiramente é um dos primeiros advogados do terceiro Estado. Para executar as suas ideias, recomenda que o Papa promova a concórdia geral entre os príncipes cristãos. Fia do rei de França obter o consentimento dos maometanos. Finalmente, o instrumento que garantiria a execução do acordado seria uma assembleia composta de embaixadores de todos os príncipes. Sempre que algum contendor não se submetesse à decisão da assembleia, incorreria na desgraça de todos os príncipes, que encontrariam algum meio de o fazer voltar à razão”.

⁶⁸ Consultar também, Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:19.

⁶⁹ Maximilien de Béthune, Barão de Rosny e Duque de Sully (1560-1641). Foi Ministro de Henrique IV e deixou, nas suas Memórias, escritas entre 1620 e 1635, um conjunto de propostas visando a criação de uma união de Estados Europeus.

⁷⁰ Ver ainda Cunha, 2004:20; Soares, 2005:82 e Moreira, 2004:98-99.

A Paz de Vestefália primeiro mas, não menos importante, a sua subsequente “confirmação” materializada nos Tratados de Utrecht e Rastadt (assinados respectivamente em 1713 e 1714), além da modificação substancial do mapa político bem como dos sempre delicados equilíbrios entre as potências continentais, abriu caminho a algumas décadas de efectiva paz, como aliás assinalam Carpentier e Lebrun (2002: 240) ao formularem a tese segundo a qual “[...] os tratados de 1713-1714 marcaram uma importante data na história da Europa, pois estabeleceram um novo equilíbrio entre as potências, nenhuma das quais podia já pretender impor a sua hegemonia no continente – nem mesmo a França ou a Áustria. Nos vinte e cinco anos seguintes, apesar das intrigas de Filipe V, este equilíbrio só muito parcialmente foi posto em causa”⁷¹.

Este período de relativo mitigar na perene conflitualidade existente entre os Estados, assistirá ao pleno eclodir da razão humana a partir da qual a Europa será confrontada com inúmeras iniciativas no sentido de enveredar por um caminho necessariamente diferente do da guerra secular, surgindo os ideais de paz, união e concórdia como conceitos centrais do movimento iluminista. O século XVIII conhecerá algumas das propostas mais arrojadas e inovadoras neste domínio. Por exemplo, de William Penn⁷² que no “*Ensaio pela paz presente e futura da Europa*” defende “um projecto de Federação de Príncipes que inclui um Conselho geral formado por delegados dos Estados em proporção à sua importância: O Império alemão 12 delegados; Espanha, 10; França, 8; Itália, 8; Inglaterra, 6; Suíça, 4; Polónia, 4; Portugal, 3; Veneza, 3; Dinamarca, 3; Países Baixos, 4; os 13 Cantões e soberanias vizinhas, 2; os Duques de Holstein e Curlândia, 1; e se o Império Turco e Russo se unissem, cada um participaria com 5 delegados. O Conselho adoptaria as suas decisões por uma maioria de três quartos e disporia de um exército. Deste modo, reinaria a paz e poder-se-ia desenvolver o comércio em prosperidade”⁷³ (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:21).

Ainda seguindo Pérez-Bustamante e Colsa, (2004:22), o projecto mais importante de organização da sociedade internacional foi o desenvolvido pelo Abade de Saint-Pierre⁷⁴.

“Saint-Pierre preconizou que esta Sociedade Europeia seria composta de 24 deputados representantes dos seguintes Estados Europeus: França, Espanha, Inglaterra, Holanda, Saboia, Portugal, Baviera, Veneza, Genebra, Suíça, Lorena, Suécia, Dinamarca, Polónia,

⁷¹ Cf. Wright, 1982^c:170-172; Roberts, 1997^b:90 e ss.; Cunha, 2004:26-27.

⁷² 1644-1718. Cidadão Inglês que emigrou para os Estados Unidos; fundador e legislador do estado da Pennsylvania, em cuja constituição se inspirariam os autores da constituição dos Estados Unidos.

⁷³ Ver igualmente Moreira: 2004:99; Soulier, 1997:235; Ribeiro, 2003:33; Soares, 2005:82.

⁷⁴ O seu nome era Charles-Irenée Castel de Saint-Pierre (1658-1743). Foi membro da Academia Francesa a partir de 1695 e o representante de França na Paz de Utrecht de 1713. Autor do Projecto da Paz Perpétua, publicado em 1712 em Colónia e reimpresso em versão aumentada de dois volumes no ano seguinte em Utrecht, e mais tarde, em 1729, um terceiro volume, publicado em Roterdão, seria acrescentado. A este respeito ver ainda Ribeiro, 2003:34-36; Soares, 2005:82 e Cunha, 2004:20-21.

Estados Pontíficos, Moscovo, Áustria, Curlândia, Prússia, Saxónia, Patinado, Hannover, bem como dos Arcebispos eleitores.

Cada deputado disporia de um voto e as Câmaras dirimiriam os diferendos de âmbito comercial. Começar-se-ia num Congresso na Haia ou arredores – premonição do Congresso que viria a reunir-se precisamente na Haia, em 1948, com o intuito de começar a União Europeia”.

Também Gottfried Leibniz (1646-1716), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Jeremy Bentham (1748-1832), Emmanuel Kant (1724-1804), reflectirão, ao longo do período de oitocentos, em idênticas propostas sempre tendo em vista o mitigar dos seculares conflitos existentes no Velho Continente (Ribeiro, 2003: 34-36; Soulier, 1997:235-236; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:22-23; Moreira, 2004:100). Leibniz, de quem se diz ter mantido correspondência com o Abade de Saint-Pierre, “[...] propõe a União da Europa nas suas diversidades, e o estabelecimento dum Conselho Permanente ou Senado encarregue de velar pelos interesses gerais da cristandade” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:22). Rousseau terá contactado com os escritos de Saint-Pierre através da mãe de um dos seus discípulos, a qual lhe terá entregue um conjunto de papéis pertencentes ao clérigo, acrescido do pedido para efectuar um resumo dos mesmos. Virá a publicá-los em 1761, em Amesterdão, sob o título “*Extracto do Projecto da Paz Perpétua do M. Abade de Saint-Pierre, por J. J. Rousseau, cidadão de Genebra*”, postulando que uma Federação de Príncipes poderia, exercendo pressões e/ou sanções militares, intervir na mediação de conflitos, convocando para tal exercício a constituição de uma organização de dezanove membros, incluindo o Estado Pontifício e a Rússia.

Ainda no mesmo registo de recenseamento dos mais importantes programas de pacificação da Europa desenvolvidos ao longo do século XVIII, encontraremos Jeremy Bentham, cujo ensaio “*Um Plano para uma Paz Universal e Perpétua*” escrito entre 1786 e 1789, introduz a ideia de uma “opinião pública internacional” como um elemento simultaneamente inovador e decisivo em qualquer esforço de união continental, advogando no referido ensaio a tese segundo a qual deveria ser estabelecida uma Dieta “[...] que proferirá opiniões sobre problemas de interesse comum, cujos objectivos serão: emitir uma opinião, fazê-la reconhecer em cada Estado e colocar cada Estado reticente à margem da Europa”⁷⁵.

A última contribuição de monta, no sentido que vimos trilhando, será a formulada por Kant, inspirada tanto daqueloutra do Abade de Saint-Pierre de que é igualmente conhecedor, como também do exercício subsequente de Rousseau. Quando, em 1795, em Königsberg, o expoente máximo do Iluminismo alemão publica o seu pequeno, todavia denso, ensaio “*Pela Paz Perpétua*”, rapidamente granjearam amplo reconhecimento as suas propostas ousadas criticando e condenando as práticas anti-sociais dos Estados bem como a orientação política dos mesmos para as armas, guerras e conquistas, e, não menos desprezível, cobrança de impostos. “Kant

⁷⁵ Idem, *Ibidem*: 23.

propõe que o direito das gentes deve fundamentar-se sobre uma «*Federação de Estados livres*», todos eles repúblicas, isto é, fundadas sobre a liberdade dos seus membros, e a submissão a uma lei única e igual para todos, a exemplo dos Estados Unidos da América⁷⁶.

As ocorrências verificadas no último quartel do século XVIII, mormente a independência dos Estados Unidos da América, primeiro (1776) e a Revolução Francesa, pouco depois (1789), viriam a condicionar decisivamente não apenas os equilíbrios políticos e militares à escala europeia, mas também, e principalmente, o pensamento do continente. A Revolução Francesa legará à Humanidade dois princípios fundadores das sociedades contemporâneas: um primeiro ensaiado no processo de independência americano, ainda que definitivamente consagrado em consequência da desagregação das estruturas do *Ancien Régime* – a noção de Direitos Humanos Fundamentais e, num segundo nível, o direito dos povos a dispor do seu destino. Na verdade, “entre 1789 e 1815, a Europa respirou ao ritmo da França. A «Grande Nação» impôs-se, primeiro, pela força das ideias e, depois, pela das armas” (Carpentier e Lebrun 2002:277).

“O sonho de Napoleão perseguia o sonho imperial durante muito tempo mantido pelo Sacro Império Romano Germânico. Todos os símbolos do Império tendiam para reatar com um passado idealizado: Napoleão escolheu o título de cônsul antes de se fazer imperador, criou um Senado como em Roma, prefeitos como em Roma, deu a águia como emblema aos exércitos como em Roma, fez erguer arcos do triunfo como os imperadores romanos e sagrou o filho rei de Roma. As relações com o papa demonstram, claramente, este estado de espírito. Na sua correspondência, uma carta de 7 de Janeiro de 1806, na qual escreve: «Para o papa, sou Carlos Magno, porque, tal como Carlos Magno, reúno a coroa de França à dos Lombardos e porque o meu Império confina com o Oriente.» Refere-se, aliás, a «Carlos Magno, imperador dos Franceses e nosso ilustre predecessor.» Mas a ambição de Napoleão ia muito para além dos símbolos. Entendia impor a sua autoridade a todas as nações da Europa: «Teria querido para toda a Europa, observa Las Cases no Memorial, a uniformidade das moedas, dos pesos, das medidas, a unidade da legislação»; sonhava com um Império universal e este não se detinha na Europa.”⁷⁷

Após a derrota final de Napoleão Bonaparte, os aliados vencedores que se reuniram em Viena entre Outubro de 1814 e Junho de 1815 ocuparam-se da concepção dum processo, assim definido por Metternich, Chanceler da Áustria e seu principal promotor, que visasse “restaurar uma Europa do equilíbrio e do direito das gentes” (Metternich, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:25) ou, nas palavras de Cunha (2004: 27), “[...] a partir da vitória das quatro grandes potências, em 1815, esboçou-se um princípio de organização da Europa, que não era mais do

⁷⁶ Idem, *Ibidem*: 23-24. (Itálico no original). A respeito do projecto kantiano tendente à unificação da Europa, veja-se também o ensaio de Leonel Ribeiro dos Santos, incluído em Soromenho-Marques 2005:137-162, especialmente as pp. 149-162.

⁷⁷ Soulier 1997:60-61. (aspas no original). Cf. Igualmente Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:22 “Napoleão Bonaparte modernizou e uniformizou as estruturas dos estados Europeus e também codificou os seus sistemas legislativos. As Constituições garantiram os princípios de igualdade perante a lei e da divisão de poderes, característicos do próprio sistema democrático. Napoleão dirá em Santa Helena que ele foi partidário de criar uma grande Confederação de Povos da Europa, de unificar as moedas, os pesos, as medidas, as legislações.”

que um aperfeiçoamento - ainda que significativo e profundo – dos sistema do equilíbrio do poder”. Também Benjamin Constant (1767-1830), num ensaio publicado em 1815, intitulado “*Do espírito da Conquista e da Usurpação nas suas relações com a civilização europeia*”, para muitos tido como um panfleto anti-napoleónico, defenderá um moderno projecto federal para o Velho Continente centrado na livre e pacífica união dos povos e das diversidades europeias, recusando tanto as inclinações imperialistas francesas da década anterior para a anexação dos Estados pela força das armas, como qualquer ideia tendente à criação de um estado centralizador. É, aliás, neste quadro, que se estabelece um novo figurino de organização político-territorial da Europa continental que beneficiará, com a supervisão da Inglaterra as potências opositoras à França: Áustria, Prússia e Rússia. “Em nome da «paz universal» e do «equilíbrio europeu» sacralizava-se o poder e a união das monarquias absolutas (Santa Aliança⁷⁸ – 1815) contra a França revolucionária” (Ribeiro, 2003:43).

Porém, a contribuição mais marcante da época em termos de um projecto de unificação europeia é a moção desenvolvida por Claude Saint-Simon (1760-1825), primeiro, em 1803⁷⁹. Na sequência da sua participação enquanto combatente na guerra pela independência dos Estados Unidos da América, defendeu a importação do modelo americano e posterior adaptação do mesmo à realidade europeia conjugado com um novo poder espiritual que se sobrepusesse aos Estados-nação. Posteriormente, em 1814, em co-autoria com o historiador Augustin Thierry, desenvolverá e reforçará o exercício anterior através da publicação da obra “*Da reorganização da Sociedade Europeia, ou da necessidade e dos meios de agrupar os povos da Europa num corpo só, conservando cada um deles a sua independência nacional*”. Neste ensaio, Saint-Simon assume-se como “[...] o verdadeiro precursor da tendência institucionalista que no século XX conduzirá à redacção dos Tratados Comunitários da CECA e do Mercado Comum. Saint-Simon propôs a formação dum Parlamento Geral para toda a Europa, constituído por 240 membros e dividido em duas câmaras – dos Comuns e dos Pares –, seguindo o modelo britânico” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004: 25) e assente justamente numa união entre França e Inglaterra (Soares, 2005: 83).

Após o Congresso de Viena, começa a emergir nos políticos e, de um modo geral, nas elites europeias, uma orientação tendente à união dos povos europeus. O conceito Europa é recuperado e surge, seguindo o relato de Pérez-Bustamante e Colsa (2004), em obras do mais diverso teor: literário, filosófico, histórico, científico e, inclusive, na imprensa. Não obstante uma certa inclinação nacionalista presente nos movimentos artísticos, culturais, políticos, religiosos mais representativos deste período, a dimensão patriótica parecia conviver em harmonia com o

⁷⁸ A respeito da Santa Aliança e do seu papel no contexto das relações internacionais e do Direito Internacional Público, consultar Cunha: 2004:27-36.

⁷⁹ “*Carta de um habitante de Genebra aos seus contemporâneos*”. A respeito deste assunto, vd. Ribeiro, 2003:43.

apelo europeu, teses que, no período que mediou entre a Convenção de Viena e o dealbar da segunda metade do século XIX, lograram alcançar grande acolhimento junto dos escritores italianos⁸⁰, nomeadamente Giuseppe Mazzini, Vincenzo Gioberti e Carlo Cattaneo.

Um dos momentos mais emblemáticos dos sentimentos conducentes à mitigação das divergências, unificação e pacificação do continente durante o século XIX será, contudo, o profético discurso proclamado em Paris, em 1849, por Victor Hugo por altura do segundo dos três Congressos da Paz decorridos em 1848, 1849 e 1850, sucessivamente em Bruxelas, Paris e Frankfurt. Na ocasião, o eminente escritor francês que presidiu ao evento, proferiu um discurso inaugural verdadeiramente unificador:

“um dia virá em que as bombas sejam substituídas pela venerável arbitragem dum Senado soberano que será para a Europa o que a assembleia legislativa é para a França... Um dia virá que em que haverá dois grupos imensos, os Estados Unidos de América e os Estados Unidos de Europa, situados um em frente ao outro estender-se-ão a mão sobre o mar... No século XX haverá uma nação extraordinária... Esta nação terá por capital Paris e não se chamará França, chamar-se-á Europa. Chamar-se-á Europa no século XX e nos séculos seguintes, e ainda transfigurada chamar-se-á Humanidade.” (Victor Hugo, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:26)⁸¹

Não obstante o processo de afirmação das unidades nacionais, corporizadas essencialmente pelos processos de unificação italiano e alemão, durante a segunda metade do século XIX continuaram a erguer-se vozes clamando pela agregação dos diferentes Estados europeus numa estrutura supra estadual, sendo a solução federativa a predilecta, ainda que sempre numa perspectiva descentralizada e que garantisse igualmente o respeito pelas nações mais pequenas e menos influentes. Vão nesse sentido as propostas de Charles Fourier que proclamava “o estabelecimento duma soberania que seria superior à soberania de cada Estado” (Charles Fourier, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:27), de Proudhon que, em “*O Princípio Federativo*” defende a desmultiplicação dos Estados-nação em variadas comunidades descentralizadas que posteriormente se agregariam numa federação de base continental postulando que “o século XX [...] abrirá a Era das Federações, ou a Humanidade começará um purgatório de mil anos” (Proudhon, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:27), e também de Ernest Renan que postulará que a construção europeia só será possível, uma vez definitivamente

⁸⁰ Compreende-se a relativa facilidade com que tais ideais unionistas penetraram no pensamento italiano se considerarmos que a Itália se resumia então a um conjunto de micro-estados dependentes e submetidos na maioria dos casos a potências estrangeiras. Com efeito, o *Risorgimento*, que corresponde ao processo de unificação dos diferentes estados transalpinos tem o seu início justamente entre 1848 e 1849, prosseguindo até 1870 com a anexação ao Reino de Itália de Roma, antiga sede dos Estados Pontíficos. De referir igualmente que as movimentações ensaiadas em território italiano aproveitaram ocorrências similares e, de algum modo, simultâneas na Europa Central, onde o mapa político se alterava substancialmente. A hegemonia austríaca protagonizada pelos Habsburgos diluía-se dramaticamente não apenas na Itália, mas também mais a Norte, onde a Prússia adquiria um papel preponderante na unificação alemã, concretizada no II Reich por Otto von Bismark. Cf. Carpentier e Lebrun, 2002:330-335; Roberts, 1997^b:296 e ss.; Navarro, 2005^f:211 e ss.; Wright, 1982^e:208 e ss.; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Risorgimento>.

⁸¹ Ver igualmente Ribeiro, 2003:46 e Soares, 2005: 84.

abandonadas todas as tentativas de hegemonia por parte de uma das suas nações: “o estabelecimento de um novo império romano ou de um novo Império de Carlos Magno é impossível. A divisão da Europa é grande demais para que uma tentativa de dominação universal não provoque mais do que uma colisão forte que coloque a nação ambiciosa no seu lugar natural” (Ernest Renan, *apud* Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:27). Cunha (2004:36), atribui mesmo a Renan uma proposta no sentido da criação de uma federação europeia, assente na cordialidade das relações entre França e Alemanha, sob a qual seria sustentada a prosperidade do Continente. Tal proposta prossegue o autor, antecipa mesmo, em quase um século algumas das ideias fundamentais que constarão mais tarde do plano de Robert Schuman, a partir do qual seria lançada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

As previsões e receios dos defensores de uma nova ordem à escala do Velho Continente, a fim de serem obviados os efeitos devastadores da guerra não poderiam ser mais sensatos. Com efeito, e segundo Roberts (1997^c:23), no virar de século “o nacionalismo era, sem sombra de dúvida, o princípio político a que as massas respondiam com mais entusiasmo”. A tal ponto a proposição era verdadeira que, após uma primeira década a acumular tensões, a Europa explodiria, na segunda dezena de anos do século XX no mais brutal e mortífero conflito alguma vez tido entre homens, não que sem antes, o mesmo fosse devidamente ensaiado nas duas Guerras Balcânicas, primeiro de 1908 a 1913 e, depois no terceiro trimestre de 1913.

Não cabe neste nosso trabalho a análise do primeiro conflito mundial. Interessa-nos, ainda assim, e porque tal se inscreveu na história dos povos europeus, na construção das fronteiras nacionais e na relação entre os povos da Europa, uma breve abordagem a alguns aspectos que decorrem da I Guerra Mundial, a saber: o nível de devastação e de perda de vidas humanas sem precedentes, a alteração, uma vez mais, dos sempre titubeantes equilíbrios europeus e, não menos importante, o desenvolvimento de estratégias no plano das relações internacionais e do direito supra-estadual conducentes à mitigação dos antagonismos continentais de molde a obviar conflito análogo àquele de que a Europa saía em 1918.

A um continente devastado e apeado da condição de líder incontestado política, económica e militarmente à escala global, estatuto de que gozara até então, há ainda que somar os ainda hoje não satisfatoriamente contabilizados milhões de vidas que se extinguiram ao longo dos quatro anos de hostilidades⁸². No plano político, as transformações operadas em matéria de fronteiras, apesar de radicais e profundas, poderão ter sido, contudo, insuficientemente ponderadas, deixando íntimos sentimentos propensos a acertos futuros. Os “[...] representantes da Alemanha e das potências aliadas assinaram um armistício, numa carruagem de comboio, na

⁸² Para uma informação mais detalhada consultar: Roberts, 1997^c:39 e ss.; AA.VV., 1979:103 e ss.; Wright, 1982^e:83 e ss.; Douglas-Cooper e Kerr-Jarnet, 1998; Navarro, 2005^g:203 e ss.; Pérez-Bustamante e Closa, 2004:27-30; Carpentier e Lebrun, 2002:369 e ss..

floresta de Compiègne, a norte de Paris. [...] Às 11h. do 11.º dia do 11.º mês de 1918 a Grande Guerra tinha terminado. [...]. Finalmente, tinham cessado os combates, mas as cicatrizes que eles haviam deixado permaneceriam, desfigurando o rosto da Europa nas décadas seguintes”, (AA.VV., 1979:133).

É justamente este o entendimento de Ribeiro (2003:49), ao proclamar que é uma Europa diferente, aquela que surgiu após o armistício de 1919. Na verdade, continua a autora, a grande guerra civil europeia, como é comumente conhecido o conflito, “[...] criou uma dramática descontinuidade na história. A Primeira Grande Guerra Mundial transformou o mapa do continente. As fronteiras modificaram-se profundamente. No âmbito político a crise teve um profundo impacto. Derrubaram-se impérios, foram substituídos por repúblicas, fracassaram regimes democráticos, que deslizaram para o autoritarismo, emergiram novas formas políticas – o totalitarismo, o nazismo e o fascismo. Registe-se o aparecimento de uma nova potência: os Estados Unidos da América.” (Ribeiro, 2003:49), E, arrole-se igualmente, não no período do pós-guerra, mas durante a mesma, a Leste, a ascensão de um totalitarismo de inspiração comunista, que haveria de condicionar boa parte do século XX.

O armistício de Novembro de 1918, a que acima aludimos, seria confirmado em meados do ano seguinte, em Paris, por meio da assinatura de um Tratado Internacional:

“No dia 28 de Julho de 1919, assinava-se na Galeria dos Espelhos de Versalhes, o chamado Tratado de Versalhes, cujo art. 231 declarava que a Alemanha e os seus aliados foram os verdadeiros culpados do conflito e que deviam responder pelas perdas e danos sofridos pelos governos aliados e associados. [...] Aqueles Tratados de 1919-1920 – Versalhes, Saint Germain, Neully, Paris, Trianon, Sèvres, Riga e Lausana, transformaram completamente o mapa político da Europa. As minorias nacionais não assimilaram a sua integração em Estados alheios à sua geografia, à sua história e à sua cultura e, claro, o povo alemão nunca aceitou a responsabilidade, nem as cargas, e amputações territoriais que lhe foram impostas, ficando latente um sentimento revisionista sobre o qual se originou o segundo conflito europeu e mundial.” (Pérez-Bustamante e Closa, 2004:29).

Uma das consequências mais importantes resultantes do conflito de 1914-18 terá sido justamente o despertar generalizado de consciências quanto à urgência de um programa de efectiva convergência dos diferentes Estados europeus no sentido de evitar novos derramamentos de sangue. Será justamente esse desígnio tendente a uma reconciliação continental e paz duradoura que originou o movimento pan-europeu nascido precisamente no rescaldo da assinatura do Tratado de Versalhes. Esta associação surge inspirada na obra publicada em 1923, por Richard Coudenhove-Kalergi, na qual “[...] o movimento defendia que a unidade política continental deveria assentar na integração franco-alemã, cujas tradicionais desavenças haviam estado na origem dos precedentes conflitos europeus” (Soares, 2006:10). Em matéria de organização institucional, Kalergi entendia que a União Pan-europeia resultante

desse esforço deveria ser composta por um Parlamento bi-camaral, no qual “[...] uma Câmara baixa representaria os povos europeus – com um deputado por cada milhão de habitantes – e o Senado reuniria os representantes dos Estados. Este processo deveria ser despoletado através de uma conferência intergovernamental que elaborasse um Tratado onde se fixaria, numa primeira fase, o objectivo da realização de uma união aduaneira e de um espaço económico único” (Idem, *Ibidem*)⁸³. Esta última ideia foi lançada em 1927, numa conferência decorrida em Viena (cidade que servia de sede à União Pan-Europeia), na qual estiveram presentes, Aristide Briand, Robert Schuman e Konrad Adenauer, tendo o primeiro sido convidado e aceite o cargo de Presidente de Honra do Movimento Pan-europeu.

Os esforços em larga medida desenvolvidos pelo entusiasmo de Kalergi terão estado, segundo vários autores (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:31; Soares, 2006:10; Chaves, 2005:28; Soulier, 1997:253; Silva, 2001:149; Cunha 2004:40 e ss.) na origem do discurso de Aristide Briand (1862-1932), então Presidente do Conselho de França, em Setembro de 1929, no púlpito da Sociedade das Nações. “Nessa intervenção, – escreve Soares (2006: 10) – Briand propôs aos seus homólogos políticos que entre os povos que se encontram geograficamente agregados no território europeu se construísse *uma espécie de laço federal*”⁸⁴. Já anteriormente, Briand garantira a perpetuação do seu apelido nos anais da história da política internacional “por ter dado o seu nome, (em parceria com Frank Kellog, Secretário de Estado Americano), ao primeiro pacto internacional que colocava a guerra *«fora da lei*»: o pacto Briand-Kellog, como ficou conhecido, que foi assinado em 27 de Agosto de 1928, em Paris, no Quai-D’Orsay” (Chaves, 2005:29, *itálico no original*).

⁸³ Cf. igualmente Silva, 2003:73-74; Cunha, 2004:37 e ss.; Chaves, 2005:28; Martins, 2007:11; Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:30-31; Silva, 2001:137; Soares, 2005:90-92; Soulier, 1997:253, que, a propósito de Kalergi escreve as seguintes linhas: “Este jovem aristocrata estava, genealogicamente, votado ao compromisso que foi o seu na causa europeia: filho de um diplomata austro-húngaro de origem holando-grega casado com uma japonesa, austríaco de nascimento, checo depois do Tratado de Saint-Germain, fez-se naturalizar Francês em 1939. Publica em 1923, uma pequena obra, Pan-Europa, que é acolhida imediatamente com grande apoio. A questão inicial é a seguinte: *«Poderá a Europa, na sua fragmentação política e económica, assegurar a paz e a independência perante as potências mundiais extra-europeias que estão em pleno crescimento? Ou então será ela obrigada, para salvar a sua existência, a organizar-se em federação de Estados?»* Sublinhando a urgência, diz a sua inquietação: *«A Europa, que perdeu quase totalmente, a confiança em si, espera um auxílio do exterior: uns da Rússia, outros da América. Estas duas esperanças constituem um perigo de morte para a Europa. Nem o Ocidente, nem o Leste querem saber da Europa: a Rússia quer conquistá-la – a América quer comprá-la.»* Sendo assim, *«entre o Cila da ditadura militar russa e o Caríbdis da ditadura financeira americana, (o) caminho da Europa chama-se Pan-Europa e significa que a Europa deve ajudar-se a si mesma constituindo, com um objectivo prático, uma união político-económica.»* (itálicos no original). E ainda Silva (2001: 145) reproduz algumas das passagens mais emblemáticas “do *«Manifesto Europeu»*, de 1924, do conde Coudenhove-Kalergi. Neste célebre manifesto diz-se a certa altura: *«É possível que, nesta reduzida península europeia, vivam lado a lado 25 Estados numa anarquia internacional completa, sem que esta situação leve por fim a uma catástrofe terrível, tanto na política como na economia e na cultura? Os anti-europeus dizem que sim, que é possível, visto que até hoje assim foi. Mas isso é ignorar as realidades: o século XX alterou tudo, até as próprias bases em que assentava esta multiplicidade dos estados europeus [...]. Todo o problema se reduz, pois, aos seguintes dilemas: guerra ou paz, anarquia ou organização, concorrência no armamento ou o desarmamento, concorrência ou colaboração, ruína ou união.... Quem não é Pan-europeu é contra a Europa. Seremos cúmplices da queda da Europa se não fizermos um esforço para salvá-la [...]. Repetiremos sempre e sempre esta nítida verdade: uma Europa dividida é a guerra, a opressão e a miséria. Uma Europa unida, a paz, a liberdade»* Coudenhove-Kalergi, *apud* Silva, 2001:145.

⁸⁴ *Itálico no original.*

Aristide Briand foi ainda determinante na redução do ressentimento alemão cujo orgulho nacionalista vivia ferido desde a humilhação de Versalhes, procurando ultrapassar pela via da negociação a questão da Renânia bem como pela diminuição e flexibilização das reparações de guerra a pagar pela Alemanha à França. Este acordo, que culminou com a formalização do Tratado do Locarno (1925), só seria possível atendendo ao espírito aberto e progressista de Briand, mas também devido ao empenhamento e capacidade dialogante do interlocutor e Chanceler alemão, Gustav Stresemann (1878-1929), entendimento que culminaria com a atribuição aos dois líderes do eixo franco-alemão o Prémio Nobel da Paz de 1926.

No seguimento do discurso de Setembro de 1929, “[...] os 27 Estados europeus membros da SDN reuniram-se e pediram a Briand que preparasse um memorando. Este, redigido pelo secretário-geral do Quai d’Orsay, Alexis Léger, foi difundido a 1 de Maio de 1930” (Soulier, 1997:255)⁸⁵. Porém, a morte de Stresemann, volvido um mês após este discurso de Briand, a coincidência da Crise Bolsista de Outubro de 1929 e consequente Grande Depressão que se prolongou pela década seguinte, a ascensão dos regimes totalitários na Europa, com particular destaque para o alemão⁸⁶, e a morte de Briand em 1932, relegaram para plano secundário das preocupações da elite política “o projecto de União europeia apresentado no *Memorandum* em 1930 (que) fracassou devido a uma forte oposição da Sociedade das Nações, que temia perder o controlo sobre o desenvolvimento das relações inter europeias” (Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:34).

Não obstante, tanto o Conde Coudenhove-Kalergi, quanto a União Pan-europeia mantiveram intensa actividade promovendo a unificação do Velho Continente, com a realização em Fevereiro de 1930 de “[...] um projecto de Pacto Europeu em Berlim, onde se formalizava a criação dos «Estados Federais de Europa», cujo primeiro princípio enunciava a vontade de deixar intacta a soberania absoluta dos Estados Europeus e previa a constituição de órgãos federais – Conselho federal, ou Câmara Alta, composta pelos representantes dos Estados ou Assembleia federal, ou pelos delegados dos Parlamentos, Tribunal de Justiça Federal e Chancelaria Federal –. A Federação contaria com o seu próprio sistema financeiro, e os cidadãos dos Estados seriam ao mesmo tempo cidadãos europeus” (Idem, *Ibidem*)⁸⁷.

⁸⁵ Ver igualmente Moreira, 2004:166.

⁸⁶ Hitler venceria as eleições de Setembro de 1930 e confirmaria em 1932 a confiança popular mais do que duplicando a primeira votação, respectivamente, 6,5 e 13,5 milhões de votos. Cf. Pérez-Bustamante e Colsa, 2004:34.

⁸⁷ Ver igualmente, Moreira, 2004:190-193 que, reproduzindo as palavras de Kalergi, sintetiza com propriedade o essencial do problema europeu. “«A questão europeia é esta: será possível que, na pequena quase-ilha europeia, vinte e cinco Estados vivam lado a lado na anarquia internacional, sem que um tal estado de coisas conduza à mais terrível catástrofe política, económica e cultural?»”. Atentemos na resposta, igualmente transcrita por Adriano Moreira: “«O futuro da Europa depende da resposta que seja dada a esta pergunta. Está portanto nas mãos dos Europeus. Vivendo em Estados democráticos, somos todos responsáveis pela política dos nossos governos. Não temos o direito de nos limitarmos à crítica, temos o dever de contribuir para a elaboração dos nossos destinos políticos. Não podemos cansarmo-nos de repetir esta verdade simples: uma Europa dividida conduz à guerra, à agressão, à miséria, uma

Ao longo da década de 30, e muito embora, por força da conjuntura internacional adversa, a temática de unir política e economicamente o Velho Continente tivesse perdido o protagonismo e a primazia na discussão entre os mais destacados decisores políticos (e, com a morte de Aristide Briand tais esforços tenham sofrido um revés adicional) a verdade é que a ideia de uma Europa unida, não obstante este fracasso, entrava definitivamente no campo do debate e reflexão políticos. Refere, a este propósito, Maltez (1999):

Como observa Max Beloff, «*era um gesto, nada mais; mas na história os gestos têm a sua importância.*» Um sinal que foi, entretanto, entendido pelo profetismo dos homens de pensamento, gerando uma vasta literatura que, sem receio, propôs uns Estados Unidos da Europa, com testemunhos de personalidades como Gaston Riou, Carlo Sforza, Bertrand de Jouvenel, Benedetto Croce, Julien Benda, Edmund Husserl e muitos outros, que lançam as bases daquilo que será o europeísmo da resistência.⁸⁸

Posteriormente, e permanecendo na linha de Maltez (1999), em 1928, Gaston Riou, em “*Europe ma Patrie*”, preconizava a construção de uma federação à escala europeia a qual deveria ter como principal substrato impedir o despedaçamento do continente, bem como, a conseqüente submissão a qualquer dos blocos que a disputavam, mormente, o russo, o britânico e o americano. No ano seguinte foi a vez do italiano Carlo Sforza (1872-1952), que ocupara o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1910 e 1921 e, mais tarde, de embaixador de Itália em Paris, onde viveu na condição de exilado (a partir de 1925, por determinação de Mussolini logo que este último tomou o poder, até 1940, aquando da ocupação alemã de França, de onde transitou para Inglaterra), contribuir para este debate, por meio da publicação da obra “*États Unis de l’Europe*”.

Em 1930, surgem novos contributos dentre os quais se destaca o livro “*Vers les États Unis de l’Europe*”, da autoria de Bertrand de Jouvenel e, uma proposta de Édouard Herriot, intitulada “*Europe*” na qual se preconiza uma união Europeia orquestrada pela Sociedade das Nações e que incluiria o Reino Unido. Inequivocamente, 1930 foi um ano de vasta produção neste domínio. Assim, registem-se ainda as obras “*Das Spektrum Europas*”, “*Uniting Europe*” e “*Gli Stati Uniti d’Europa e del Mondo*”, respectivamente da autoria do alemão Hermann Keyserling, do suíço Rappard e do italiano Giorgio Quartara. Acompanhemos ainda Maltez (1999)⁸⁹:

Em 1932, surge a *Storia d’Europa* de Benedetto Croce. Em 1933, do inglês Arthur Salter, *The United States of Europe*, bem como, de André Rousseaux, *L’Art d’Être Européen*. É também nesse ano que se edita, de Julien Benda, *Discours à la Nation Européenne*. No

Europa Unida conduz à paz, à prosperidade». Ademais, conclui Moreira “[...] Coudenhove-Kalergi via a Europa desesperadamente dividida em nações revisionistas e anti-revisionistas. [...] Não era necessário ser profeta para discernir que cedo ou tarde estas disposições contraditórias levariam a uma nova guerra mundial. Concluía que só uma Pan-Europa faria face ao perigo”.

⁸⁸ Maltez, 1999: [online] http://www.iscsp.utl.pt/cepp/teoria_das_relacoes_internacionais/aristide_briand.htm.

⁸⁹ Remetemos igualmente para o levantamento efectuado por Adriano Moreira acerca deste tema (2004:189-193).

ano seguinte, é a vez do italiano A. d'Alia, com *Confederazione Europea*. Em 1935, é a célebre conferência de Edmund Husserl, em Viena, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*. Quatro anos depois, é o americano W. B. Curry, com *The Case of Federal Union*. Em 1940, W. I. Jennings, *A Federation for Western Europe*, e M. A. Bingham, *The United States of Europe*.

Todavia, para que a tão notável desígnio unionista fosse consagrada uma oportunidade de concretização e a paz pudesse enfim imperar numa Europa mortalmente ferida, seria, fatal e funestamente, necessário que a infame brutalidade da força das armas triunfasse uma vez mais, com o desfecho lutuoso por todos conhecido, como aliás já pareciam profetizar as palavras de Édouard Herriot, reproduzidas por Cunha (2004:49), “[...] a Grécia morreu outrora, por não ter sabido federar-se no momento próprio”, sendo, por conseguinte, indispensável “[...] disciplinar um continente que, no decurso dos séculos, consumiu na guerra grande parte das suas forças vivas”.

Neste texto percorremos alguns dos momentos-chave daquelas que são as raízes da (actual) Europa. Procurámos, nesta jornada, compatibilizar e entrecruzar duas visões distintas, ainda que, não necessariamente, incompatíveis: uma histórico-político-cultural e uma outra de cariz “tecnológico”-comunicacional. Apenas uma análise que combine, simultaneamente, estas disciplinas poderá fornecer os indispensáveis pontos de apoio no sentido de permitir o concretizar da empresa a que nos propomos: aferir, partindo de uma análise ao virtual, ao online, trabalho que, nas palavras de Margarida Marques⁹⁰, ainda está largamente por realizar, do actual estado da, em muito lato senso, “Ideia de Europa” e da construção Europeia.

Ao longo deste trajecto notámos, nomeadamente, e ainda que, apenas brevemente, como aqui se desenvolveram formas de comunicação entre os povos Europeus, que contribuíram para que se iniciasse o caminho para cumprimento da velha aspiração mítica: a Europa como “farol do conhecimento e da ciência”. Neste ponto, pensamos que a história da tecnologia não se constitui apenas como uma progressão de invenções tecnológicas específicas, abstraídas de contextos políticos e culturais, mas é, inversamente produto desses mesmos contextos. Se dúvidas

⁹⁰ Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal. Em conferência proferida por ocasião do Encontro Média e Europa – 25 Anos de Adesão de Portugal à UE, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 12 de Abril de 2010, Margarida Marques salientou a importância da comunicação social tradicional na instituição de um espaço público europeu (figura de contornos ainda bastante imprecisos e indefinidos: será que se pode falar em espaço público europeu? Admitindo que sim, existe um verdadeiro espaço público europeu? Ou este resulta apenas da justaposição dos espaços públicos nacionais dos Estados-Membros? Qual a influência/preponderância das identidades nacionais e dos nacionalismos no âmbito deste espaço público europeu, nomeadamente como elemento gerador de complexidades várias? E de que modo a mobilidade dos cidadãos poderá ajudar no desenvolvimento dessa figura? Qual o papel dos média tradicionais neste espaço público europeu, enquanto elementos multiplicadores da construção europeia? E, a questão que verdadeiramente aqui nos interessa: qual a contribuição, em sentido amplo, das novas tecnologias de informação e comunicação, nas suas inúmeras variantes e potencialidades, para este processo de construção europeia?, mas, não menos importante, o papel das tecnologias de informação e comunicação nesse mesmo processo. Na ocasião, sustentou que os estudos sobre esta matéria em concreto, isto é, a influência dos espaços virtuais no projecto de construção europeu, estão em larga medida, por efectuar.

existirem quanto a este ponto, o exercício que empreendemos, é bem testemunho dessa realidade: partimos, então, do processo de laicização da cultura, encetado no período de transição entre a Alta e a Baixa Idade Média; seguimos, acto contínuo, pela emergência da sociedade/homem tipográfico, a “tal” galáxia de Gutenberg a que alude Marshall McLuhan; e, terminámos com realização da Aldeia Global. Esta última, que reduziu o mundo a uma comunidade global permanentemente em rede, é filha da imprensa de tipos móveis e neta do processo de laicização da cultura. Se qualquer destas evoluções (empreguemos aqui esta fórmula mais conservadora) operou importantes transformações nas sociedades europeias, será igualmente legítimo, postular que elas são, também, produto de uma sociedade em metamorfose.

Antes de voltarmos às tecnologias comunicativas e aos seus desenvolvimentos contemporâneos, e de nelas centrarmos, em definitivo, a nossa atenção, importa, no entanto, dedicarmos mais algumas páginas à institucionalização da uma Europa que se procurou reconciliar consigo mesma, e de igual modo com o mundo, após a segunda Grande Guerra.

Como veremos, é no quadro de uma nova geopolítica que se irão dar os primeiros passos tendentes à aproximação interna. Todavia, este projecto de construção de uma casa comum, capaz de albergar todos os europeus, mais do nascido do meritório arrojo e da coragem política dos seus pais fundadores, foi, principalmente, resultado de uma dupla imposição externa, justificada pelos novos equilíbrios político-militares globais resultantes da Guerra de 1939-45. Enquanto condição para a disponibilização do auxílio americano por um lado e, factor não menos decisivo, como resposta à ameaça representada pelo expansionismo soviético.

REFERENCES / REFERÊNCIAS

- AA. VV. (1995). *Depois de Jesus – O Triunfo do Cristianismo*. Lisboa. Selecções do Reader's Digest.
- AA. VV. (1994). *A União Europeia*. Coimbra. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- AA. VV. (1979). *Os Grandes Acontecimentos do Século XX*. Lisboa. Selecções do Reader's Digest.
- AGAMBEN, G. (1998). *O Poder Soberano e a Vida Nua*. Lisboa. Editorial Presença.
- ALESINA, A. e GIAVAZZI, F. (2007). *O Futuro da Europa – Reforma ou Declínio*. Lisboa. Edições 70.
- ÁLVARES, P. (2009). *O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa*. s/L. Comissão Europeia.
- AMARAL, D. F. (1992). *Um voto a favor de Maastricht*. Algueirão-Mem Martins. Editorial Inquérito.
- ANDERSON, B. (2006). *Imagined Communities*. London. Verso.
- ARCHER, C. (2008). *The European Union*. New York. Routledge.
- BARROSO, J. M. D. (1999). *Uma Certa Ideia de Europa*. Lisboa. Gradiva.
- BARTHES, R. e MARTY, E. (1987). Oral - Escrito, Argumentação. In AA. VV. (1987). *Enciclopédia Einaudi, Vol. 11*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 32-57.
- BORCHARDT, K.-D. (1999). *O ABC do Direito Comunitário*. [online] http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/02/txt_pt.pdf.
- BURROUGHES, W. S. (1994). *A Revolução Electrónica*. Lisboa. Vega.
- CÁDIMA, F. R. (1996). *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa. Século XXI.
- CAMPOS, N. A. (Dir.) e SANDE, P. A., (Coord.) (1997). *50 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia*. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu. Portugal.
- CANOTILHO, J. J. G. e MOREIRA, V. (2008). *Constituição da República Portuguesa / Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra. Coimbra Editora.
- CANOTILHO, J. J. G. (2003). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra. Almedina.
- CARPENTIER, J. e LEBRUN, F. (2002). *História da Europa*. Lisboa. Editorial Estampa.
- CHAVES, M. M. (2005). *Portugal e a Construção Europeia – Mitos e Realidades*. Lisboa. Sete Caminhos.
- CUNHA, P. P. e MORAIS, L. S. (Org.) (2008). *A Europa e os Desafios do Século XXI*. Coimbra. Almedina.
- CUNHA, P. P. (2004). *Integração Europeia*. Coimbra. Almedina.
- CUNHA, L.. Europa: Diversidade Paisagística e Fronteiras Naturais em Movimento. In RIBEIRO, M. M. T. (Coord.) (2004). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Coimbra. Quarteto Editora.
- CUNHA, P. P. (2003). *A Integração Europeia no Dobrar do Século*. Coimbra. Almedina.
- DEFARGES, P. M. (2007). *Para Onde Vai a Europa?* Lisboa. Instituto Piaget.
- DIAS, J. P. S. (1995). *O Conselho Europeu e a Ideia da Europa*. Aveiro. Edições Fedrave.
- DOUGLAS-COOPER, H. e KERR-JARNET, A. (1998). *XX – Memórias de um Século – A Primeira Grande Guerra – 1914-1918*. Lisboa. Selecções do Reader's Digest.

- EISENSTEIN, E. L. (2005). *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. New York. Cambridge University Press.
- FEVRE, L. e MARTIN, H.-J. (1997). *The Coming of the Book*. London. Verso.
- FIGUEIRA, A, PINTO. A. C. e SANDE, P. A. (Org.) (2003). *A União Europeia Revisitada*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- FIGUEIREDO, A. (2006). *Pós-Humano: Redesenhando/Recriando o Corpo, Recombinando Elementos*. (Dissertação de Mestrado). [online]: <http://www.artciencia.com/Admin/Ficheiros/TESEALEX335.pdf>
- FONTAINE, P. (1995). *A União Europeia*. Lisboa. Referência/Editorial Estampa.
- FONTAINE, P. (2007). *A Europa em 12 Lições*. Luxemburgo. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- GORJÃO-HENRIQUES, M. (2008^a). *Manual de Direito Comunitário*. Coimbra. Almedina.
- GORJÃO-HENRIQUES, M. (2008^b). *Tratado de Lisboa*. Coimbra. Almedina.
- GOUVEIA, J. B. (2008). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra. Almedina.
- GRIMAL, P. (s/D.). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa. Difel.
- HALL, E. T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Lisboa. Relógio D' Água.
- JESUS, A. S. de (2006). *Cronologia – Uma Europa para Todos*. s/L.. Grupo Europeu do PSD.
- JUSTO, A. S. (2005). *Nótulas de História do Pensamento Jurídico* (História do Direito). Coimbra. Coimbra Editora.
- KAISER, W., LEUCHT, B. e RASMUSSEN, M. (2009). *The History of the European Union – Origins of a trans- and supranational policy – 1950-72*. New York. Routledge.
- KERCKHOVE, D. (1997). *A Pele da Cultura*. Lisboa. Relógio D'Água.
- LE GOFF, J. (1985). *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa. Gradiva.
- LE GOFF, J. (s/ D.). *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa. Gradiva.
- LOURENÇO, E. (2005). *A Europa Desencantada – Para Uma Mitologia Europeia*. Lisboa. Gradiva.
- LUHMANN, N. (2001). *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa. Vega.
- MACHADO, J. E. M. (2006). *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*. Coimbra. Coimbra Editora.
- MAQUIAVEL, N. (2003). *O Príncipe*. Queluz. Coisas de Ler Edições.
- MIRANDA, J. A. B. (2002). *Discurso Inaugural - A Cultura das Redes*. In MARCOS, M. L. e MIRANDA, J. A. B. (orgs.) (2002). *Revista de Comunicação e Linguagens - A Cultura das Redes*. Junho de 2002 Número Extra. Lisboa. Relógio D' Água.
- MARQUES, A. (2006). *Economia da União Europeia*. Coimbra. Almedina.
- MARTÍNEZ, C. F., FÉRNADEZ-GALIANO E. e MELERO, R. L. (1997). *Dicionário de Mitologia Clássica*. Lisboa. Editorial Presença.
- MARTINS, A. I. (2010). *A Europa e os Media – Os Referendos à Constituição Europeia na Imprensa de Referência*. Lisboa. Livros Horizonte.
- MARTINS, A. I. (2007). *Europa – As Visões do Outro*. (Dissertação de Mestrado). Coimbra. Ed. Policopiada.
- MARTINS, G. O. (2005). *Cidadania e Construção Europeia*. In SOROMENHO-MARQUES, V. (coord.). *Cidadania e Construção Europeia*. Lisboa. Ideias e Rumos.

MARTINS, G. O. (2003). Da Comunidade Europeia à Constituição Europeia. In MARTINS, G. O. (coord.) (2003). *Europa, Portugal e a Constituição Europeia*. Lisboa. Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MATTELART, A. (1996). *A Invenção da Comunicação*. Lisboa. Instituto Piaget.

MATTELART, A. (1999). *A Mundialização da Comunicação*. Lisboa. Instituto Piaget.

McLUHAN, M. (1977^a). *La Galaxie Gutenberg 1*. s./L.. Gallimard.

McLUHAN, M. (1977^b). *La Galaxie Gutenberg 2*. s./L.. Gallimard.

McLUHAN, M. e FIORE, Q. (2001). *The Medium is the Massage*. Corte Madera. Gingko Press.

McMURTRIE, D. C. (1997) *O Livro: Impressão e Fabrico*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

MISA, T. J. e SCHOT, J. (2005). Introduction. In *History and Technology, Vol. 21*. Pp. 1-19. [online]: <http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037487>.

MONGIARDIM, M. R. (2004). O Alargamento da União Europeia – Novos Vizinhos. Lisboa. Prefácio.

MONTEIRO, M. (s/D.). *Viva Portugal – Uma Nova Ideia da Europa*. Mem Martins. Publicações Europa-América.

MONTEIRO, M. e FERREIRA, J. (1998). *Tratado de Amesterdão*. Lisboa. Cosmos.

MORE, T. (2010). *Utopia*. Oeiras. Ad Astra Et Ultra.

MOREIRA, A. (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MORIN, E. (2007). *Cultura e Barbárie Europeias*. Lisboa. Instituto Piaget.

NAVARRO, F. (2005^a). *História Universal, Volume 6 – Roma*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, F. (2005^b). *História Universal, Volume 9 – A Expansão Muçulmana*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, F. (2005^c). *História Universal, Volume 13 – A Era dos Descobrimentos Europeus. As Lutas de Religião*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, F. (2005^d). *História Universal, Volume 11 – Baixa Idade Média e Renascimento*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, F. (2005^e). *História Universal, Volume 15 – As Mudanças da Idade Moderna*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, F. (2005^f). *História Universal, Volume 17 – O Século XIX na Europa e na América do Norte*. Lisboa. Editorial Salvat.

NAVARRO, F. (2005^g). *História Universal, Volume 19 – As Guerras Mundiais*. Lisboa. Editorial Salvat.

NUNES, A. J. A. (2006). *Economia Política – Introdução à História da Ciência Económica e do Pensamento Económico*. Coimbra. Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra.

PEREIRA, M. H. R. (2005). *Hélade*. Porto. Edições Asa.

PEREIRA, M. H. R. (1997). Les Fondements Classiques de l'Idée Européenne. In *Hvmanitas XLIX*, pp. 25-39. Coimbra. Versão [online]: http://www1.ci.uc.pt/eclassicos/bd_pdfs_hum/31/art_2_les_fondements_classiques_de_lidee_europeenne.pdf.

- PÉREZ-BUSTAMANTE, R. e COLSA, J. M. U. (2004). *História da União Europeia*. Coimbra. Coimbra Editora.
- PINHEIRO, P. M. (Ed.) (2006). *Portugal no Futuro da Europa*. Lisboa. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- PINTO, A. C. e TEIXEIRA, N. S. (Org.) (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- PIRES, F. L. (1993). *Europa*. Lisboa. Difusão Cultural.
- PLATÃO (2001). *A República*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- PLATÃO (2000). *Fedro*. Lisboa. Guimarães Editores.
- PORTO, M. C. L. (2001). *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. Coimbra. Almedina.
- QUEIROZ, E. (s/D.). *A Cidade e as Serras*. Lisboa. Livros do Brasil.
- QUELHAS, J. M., LAVOURAS, M. M., FONSECA, H. D. (2006). *Legislação de Finanças Públicas de Portugal e da União Europeia*. Coimbra. Almedina.
- QUINTERO, A. P. (1996). *História da Imprensa*. Lisboa. Planeta Editora.
- RAMOS, R. M. M. (2004). A Cidadania da União Europeia. In RIBEIRO, M. M. T. (coord.). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Coimbra. Quarteto Editora.
- REBORDÃO, M. (2005). *Os Desafios da União Europeia na Actualidade*. Porto. Vida Económica.
- RIBEIRO, M. M. T., MELO, A. M. B., PORTO, M. C. L. (org.) (2003). *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra. Almedina.
- RIBEIRO, M. M. T. (2003). *A Ideia de Europa – Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra. Quarteto Editora.
- RIBEIRO, M. M. T. (coord.) (2002). *Olhares sobre a Europa*. Coimbra. Quarteto Editora.
- ROBERTS, J. M. (1996). *Breve História do Mundo – Volume I*. Lisboa. Editorial Presença.
- ROBERTS, J. M. (1997^a). *Breve História do Mundo – Volume II*. Lisboa. Editorial Presença.
- ROBERTS, J. M. (1997^b). *Breve História do Mundo – Volume III*. Lisboa. Editorial Presença.
- ROBERTS, J. M. (1997^c). *Breve História do Mundo – Volume IV*. Lisboa. Editorial Presença.
- ROCHA, I. (coord.) (2002). *Tratados: de Nice, de Amesterdão, da União Europeia, da Comunidade Europeia (CE), da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEE), Acto Único*. Porto. Porto Editora.
- ROUSSEAU, J.-J. (2010). *O Contrato Social*. Oeiras. Ad Astra Et Ultra, SA.
- RUSS, J. (1997). *A Aventura do Pensamento Europeu*. Lisboa. Terramar.
- SANDE, P. de A. (1994). *Fundamentos da União Europeia*. Lisboa. Cosmos.
- SCHOT, J. e OLDENZIEL, R. (2005). *Inventing Europe – Technology and the Making of Europe from 1850 to the Present*. [online]: www.informaworld.com/index/713643059.pdf.
- SILVA, A. M. (2003). Portugal e a Ideia Federal Europeia. In RIBEIRO, M. M. T., MELO, A. M. B., PORTO, M. C. L. (org.). *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra. Almedina.
- SILVA, A. M. (2001). A Ideia dos Estados Unidos da Europa: Ecos na Opinião Pública Portuguesa. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 1 pp. 135-167.

SILVEIRINHA, M. J. (2004). *Identidades, Media e Política – O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*. Lisboa. Livros Horizonte.

SILVEIRINHA, M. J. e PONTE, C. (Orgs.) (2007). *Moeda e Comunicação – A Representação Mediática do Euro*. Lisboa. Livros Horizonte.

SOARES, A. G. (2009). *O Tratado de Roma: A “Relíquia” da Construção Europeia*. [online]: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1014/1/WP39.net.pdf>.

SOARES, A. G. (2006). *A União Europeia*. Coimbra. Almedina.

SOARES, A. M. (2005). *União Europeia: Que Modelo Político?* Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SOROMENHO-MARQUES, V. (Coord.) (2005). *Cidadania e Construção Europeia*. Lisboa. Ideias e Rumos.

SOULIER, G. (1997). *A Europa – História Civilizações Instituições*. Lisboa. Instituto Piaget.

STEINER, G. (2007). *A Ideia de Europa*. Lisboa. Gradiva.

VAICBOURDT, N. Les Ambitions Américaines pour l'Europe, 1945-1960. In BOUSSAT, G. & VAICBOURDT, N., (Eds.) (2001). *États-Unis, Europe, et Union Européenne – Histoire et avenir d'un partenariat difficile (1945-1999) / The United States, Europe and the European Union – Uneasy Partnership (1945-1999)*. Brussels. Peter Lang S.A.. pp. 17-49.

VAN DER VLEUTEN, E. e KAIJSER, A. (2005). Networking Europe. In *History and Technology*, Vol. 21. Pp. 21-48. [online]: <http://dx.doi.org/10.1080/07341510500037495>.

VIRILIO, P. (1993). *A Inércia Polar*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.

WEAVER, W. (1971). The Mathematics of Communication. In COHN, G. (Org.) *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

WEYDERT, J. e BÉROUD, S. (2002). *O Futuro da Europa*. Porto. Âmbar.

WRIGHT, E. (1982^a). *História Universal – Volume III*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, E. (1982^b). *História Universal – Volume II*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, E. (1982^c). *História Universal – Volume IV*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, E. (1982^d). *História Universal – Volume V*. Lisboa. Publicit Editora.

WRIGHT, E. (1982^e). *História Universal – Volume VI*. Lisboa. Publicit Editora.